



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**TARAS GOYVANYUK**

**Dimensão missionária da identidade  
presbiteral**  
da Encíclica *Fidei Donum* a Exortação Apostólica  
*Pastores dabo vobis*

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutor José Jacinto Ferreira de Farias, SCJ

**Lisboa**  
**2012**

«O cuidado pelas necessidades da Igreja universal mostra verdadeiramente a catolicidade de natureza da Igreja viva».

«Continuai firmes na obra começada, orgulhosos de servir a Igreja, obedecer-lhe a voz e deixar-se levar sempre mais pelo seu espírito».

(PIO XII, *Fidei Donum*)

Aos meus pais Petro e Alexandra

Ao Bispo Pavlo Vasylyk,

confessor de santa memória,  
prisioneiro nos campos de concentração  
soviéticos na Sibéria.

Ao Seminário Maior de S. Josafat na  
Ucrânia e ao Seminário Maior de Évora,

pela formação, pelos formadores  
e pelos amigos que neles  
encontrei.

## Introdução

1. Como afirma o Concílio Vaticano II, a Igreja é, por sua natureza, missionária, porque «tem a sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai» (AG 2). A Igreja não é «missionária» porque envia os missionários. A sua missionariedade não é mais uma atividade, mas emana do próprio ser de Deus, da Sua natureza, que é a Fonte inesgotável do eterno amor e da infinita caridade, e é determinada pelo eterno mandato do Nosso Divino Salvador de ir às extremidades do mundo para anunciar o Evangelho a toda a criatura (Mc 6,15) que soa aos ouvidos da Igreja até aos nossos dias. Este Evangelho é o próprio Jesus Cristo, no mistério da morte e da ressurreição, libertou o homem da escravidão do pecado. N`Ele, morto e ressuscitado, encontra-se a salvação oferecida a todos os homens que será realizada plenamente na eternidade. A Igreja, então, anuncia a salvação em Jesus Cristo – o Evangelho de Deus. Por isso, entre a Igreja e o Evangelho existe um vínculo muito profundo e orgânico que consiste em que ela, a obra de Deus Pai e do Espírito Santo, prolongando sacramentalmente Cristo na história, pregando Cristo à humanidade como único Salvador do mundo, está ao serviço do Evangelho. A Igreja foi chamada servir ao Evangelho. A sua vocação para o serviço, à imagem e exemplo do seu Senhor (cf. Mc 10,45) determina o seu ser evangelizador e libertador.

De acordo com o Vaticano II toda a Igreja é missionária (LG 13; AG 35). A evangelização, como a expressão mais íntima da Igreja, é a obra de toda

comunidade eclesial, e não só duma determinada parte dela. Isto significa que cada um dos seus membros, estando incorporado nela pelo baptismo, é responsável pela dilatação do Evangelho, pela construção do Reino de Deus.

Todavia, para assegurar a realização da tríplice missão da Igreja (pregar, ensinar e santificar) Cristo instituiu na Igreja o sacerdócio ministerial (episcopado, presbiterado) destinado a servir a Igreja e apascentar o Povo de Deus. Para isso, revestiu-o do poder sagrado para o bem da Igreja, dilatando através dele o seu Evangelho da salvação. O sacerdócio ministerial, configurado ao sacerdócio de Cristo e representando o próprio Cristo na terra, assegura a unidade da fé e a missão da Igreja. Mediante o sacerdócio ministerial o presbítero, em comunhão com o seu Bispo, encontra-se introduzido na missão da Igreja que consiste em atrair todos a Cristo. Sendo chamados por Cristo, o missionário de Deus Pai, para O representar no mundo, o primeiro dever do sacerdote é pregar o Evangelho e instruir o Povo de Deus na fé da Igreja. Por isso, o sacerdote, onde quer que esteja, tem este dever de ser missionário à imagem de Cristo: deve sê-lo com o seu ministério, com a sua vida, com a sua ação e especialmente com o seu coração. A essência e a dignidade do ministério exigem do sacerdote que ele esteja aberto às necessidades de toda a Igreja e que tenha no seu coração o ardente zelo pela salvação das almas redimidas por Cristo no seu mistério pascal.

2. Neste contexto, o nosso objetivo é o estudo da dimensão missionária do ministério presbiteral, ou seja, ver a identidade do sacerdote no quadro duma compreensão missionária da Igreja. A nossa preocupação é alargar a compreensão do ministério sacerdotal na sua relação de pertença a uma diocese,

mas aberto a toda a Igreja. Isto implica necessariamente um conceito renovado de «missão» que diz respeito a toda a Igreja e a todos os estados nela. De facto, esta dimensão missionária do sacerdote *diocesano* estava de certo modo esquecida, antes da publicação da *Fidei Donum*, sendo a missão, no sentido preciso da missão ad gentes quase exclusiva do sacerdócio presbiteral nas ordens e congregações religiosas e missionárias propriamente ditas. Mas a *Fidei Donum* e a eclesiologia do Concílio Vaticano II, sem negar a importância do carisma e da missão das ordens e congregações religiosas, e reconhecendo a importância do seu carisma e missão na Igreja, veio alargar a sensibilidade missionária a toda a Igreja e, neste sentido, relevar essa mesma dimensão e «natureza» à compreensão e vivência do sacerdócio, mesmo no grau do presbiterado, o que não acontecia anteriormente. Esta é no fundo a razão que nos levou a fazer este estudo, e o facto de termos vindo da Ucrânia para Portugal contribuiu para esta tomada de consciência da universalidade e catolicidade do ser e do agir na Igreja.

Para a realização do nosso projeto vamos organizá-lo em três capítulos.

No primeiro capítulo veremos a evolução histórica desta sensibilidade missionária do ministério sacerdotal, desde a encíclica *Fidei Donum* de Pio XII publicada a 21 de Abril de 1957 à exortação apostólica pós-sinodal de João Paulo II, *Pastores dabo vobis*, publicada em 1992. Entre estes dois documentos, que são as balizas do nosso estudo estão os documentos do concílio Vaticano II e a *Redemptoris Missio*, de João Paulo II, publicada a 7 de Dezembro de 1990. Optámos por esta delimitação temporal no estudo dos documentos do Magistério,

por ser nestes documentos que é mais evidente a afirmação da dimensão missionária do ministério do sacerdócio presbiteral.

No segundo capítulo desenvolveremos nas suas grandes linhas a teologia do ministério sacerdotal no quadro mais vasto de uma compreensão missionária do mistério da Igreja. Em forma de tese podemos dizer o sacerdócio ministerial pela sua natureza não se limita pelo território duma Diocese, mas destina-se a toda Igreja.

E, finalmente o nosso terceiro capítulo esboçaremos um projecto de uma pastoral missionária no quadro da urgência da nova evangelização, que será o tema do Sínodo dos Bispos, no contexto do mundo actual secularizado e descristianizado.

3. Gostava de aproveitar para agradecer a algumas pessoas que muito me ajudaram nestes cinco anos de estudo em Portugal. Em primeiro lugar ao bispo da minha diocese de origem na Ucrânia, D. Nikolau Simkailo, que me enviou para Portugal a fim de estudar teologia, com o projecto de mais tarde vir para Portugal dar assistência pastoral aos meus conterrâneos que aqui trabalham como emigrantes.

Agradeço muito também à diocese de Évora na pessoa do seu bispo, D. José Alves e ao seu bispo emérito D. Maurílio de Gouveia, que me acolheram e permitiram que integrasse o corpo dos alunos do Seminário daquela arquidiocese.

O meu agradecimento vai igualmente para o Seminário, na pessoa do reitor P. Vicente Nieto e à sua equipa, bem como a toda a comunidade do Seminário,

onde me senti acolhido e como um dos seus, sentindo-me perfeitamente em casa. Naturalmente que tenho também de referir os meus professores no Instituto Superior de Teologia de Évora que me iniciaram nos estudos teológicos.

Uma palavra de agradecimento particular dirijo à Capelania da Igreja Greco-Católica Ucraniana em Portugal na pessoa do P. Ivan Hudz, ao pároco da paróquia de São João de Deus, e ao vigário paroquial Monsenhor Alberto Teixeira Dias, pelas suas ideias, sugestões e partilhas teológicas que me incentivaram e ajudaram na melhor compreensão do tema.

Finalmente gostaria de manifestar aqui o meu reconhecimento à Faculdade de Teologia da Universidade Católica e muito concretamente ao meu orientador Prof. Doutor José Jacinto Ferreira de Farias, pelo seu apoio e disponibilidade que me prestou para que esta dissertação se pudesse realizar.

## **Capítulo Primeiro**

### **A emergência da sensibilidade missionária do ministério presbiteral na Igreja.**

O sacerdócio de Cristo, do qual são privilegiados os ministros ordenados, pode ser estudado sob diferentes perspectivas. No entanto, a perspectiva missionária do ministério sacerdotal é de grande importância, indispensável para a teologia e para a correta e mais íntegra compreensão do sacerdócio. Quando dizemos que a Igreja é missionária isso quer dizer que envolve todos os seus membros, que são missionários porque pertencem à Igreja. Se todos são responsáveis pela missão, isso aplica-se especialmente àqueles que foram escolhidos para atuarem em nome de Cristo.

Neste primeiro capítulo vamos abordar o desenvolvimento teológico desta perspectiva missionária do ministério sacerdotal, a sua evolução histórica a partir da encíclica *Fidei Donum* do Papa Pio XII, a quem se deve o início do desenrolar da missionariedade sacerdotal, percorrendo depois os documentos do Concílio Vaticano II, e terminaremos com a exortação apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis* do Papa Beato João Paulo II. Este percurso histórico vai permitir-nos afirmar a natureza do ministério presbiteral como serviço à Igreja universal. O ministério sacerdotal não poderá, por isso, limitar-se às fronteiras geográficas, mas segundo a sua essência abrir-se a toda a Igreja de Cristo.

## 1.1. A encíclica *Fidei Donum*.

«Com esta Encíclica iniciou-se na pastoral missionária um novo e importante rumo a qual logo o Concílio Vaticano II deu as orientações com quais a Igreja, consciente da sua natureza e missão intrínseca e atenta sempre a captar os sinais dos tempos, continua hoje seu caminho do serviço ao homem para conduzi-lo à salvação»<sup>1</sup>. Com estas palavras o papa João Paulo II no ano 1982 iniciou a sua mensagem para o Dia Mundial das Missões que se celebrou no XXV aniversário da encíclica *Fidei Donum*.

Publicada no dia 21 de Abril de 1957<sup>2</sup> tinha como ponto central constituir urgentemente uma exortação diante do contexto político e sócio-cultural em que devia realizar-se a missão da Igreja, especialmente em África. Com certeza que as circunstâncias que a *Fidei Donum* refletia eram bem diferentes da realidade atual da missão. A encíclica exorta os bispos e os sacerdotes diocesanos a superarem uma teologia de encerramento nas suas Igrejas particulares, pois estes tinham uma jurisdição somente sobre estas. Só ao papa competia o exclusivo direito de nomear os agentes para a missão *ad gentes*<sup>3</sup>. «E tudo isso produzia um certo afastamento dos bispos da actividade missionária. A afirmação do papa Pio XII

---

<sup>1</sup> JOÃO PAULO II, *Ob diem tota Ecclesia ad Missionales res provehendas constitutum Christifidelibus universis missus* [Mensagem para a Jornada Mundial das Missões de 30 de Maio de 1982], in AAS 74 (1982) 866.

<sup>2</sup> Cf. PIO XII, Encíclica *Fidei Donum* [de 21 de Abril 1957], in AAS 49 (1957) 248.

<sup>3</sup> Cf. Codex Iuris Canonici 1917, cân. 1350 § 2.

*segundo a qual em virtude da sua condição de sucessores dos Apóstolos, os bispos participam na solicitude por todas as Igrejas, modificou esta concepção»<sup>4</sup>.*

A Encíclica *Fidei Donum* iniciou uma nova fase na história da Igreja, porque começou a libertar a missão *ad gentes* da delegação às ordens religiosas e aos institutos e congregações missionários, solicitando às Dioceses a participação na missão evangelizadora da Igreja, por meio do envio dos padres diocesanos. O nascimento desta fase deve-se à situação contextual de África, que atravessava, talvez, o período mais difícil da sua história, e quando as suas Igrejas jovens não tinham os meios nem recursos para cumprir devidamente a sua missão. Por isso o Papa Pio XII inaugurou o intercâmbio entre as Igrejas da antiga tradição do Ocidente e as Igrejas africanas que dele careciam. Esta Encíclica lançou as bases para o desenvolvimento teológico da entreatjada na Igreja universal. E como a consequência pragmática deste “apelo” milhares de sacerdotes partiram para a missão da África, da América Latina e da Ásia<sup>5</sup>.

Esta encíclica antecipou importantes aspetos teológicos e pastorais em seguida desenvolvidos pelo Concílio Vaticano II e ampliados pelo Magistério pós-conciliar<sup>6</sup>. O fundamento teológico que põe a base da mútua influência de uma

---

<sup>4</sup> R. VILLAR, *A Encíclica «Fidei Donum» vista á luz do Concílio Vaticano II e do Magistério missionário pós-conciliar*. Missionários «Fidei Donum»: o futuro da evangelização, in *Actas do Congresso Internacional «Fidei Donum»* (Vaticano: Omnis Terra 2007) 29.

<sup>5</sup> Cf. I. DIAS, *Apresentação*. Missionários «Fidei Donum»: o futuro da evangelização, in *Actas do Congresso Internacional «Fidei Donum»* (Vaticano: Omnis Terra 2007) 3-4.

<sup>6</sup> Cf. J. R. VILLAR, *A Encíclica «Fidei Donum»*, 27.

parte da Igreja a respeito do todo é a doutrina do Corpo Místico de Cristo<sup>7</sup>. Cada cristão é membro da Igreja, do Corpo Místico de Cristo, por isso, é responsável pelo seu funcionamento e pela sua dilatação como um membro do corpo físico é responsável pelo bom funcionamento de outro, então pelo corpo todo, e nada lhe é estranho. A Igreja é um todo, por isso ninguém deve sentir-se estranho aos seus problemas. A responsabilidade missionária pertence a toda Igreja e requer a colaboração de todos.

Em primeiro lugar a responsabilidade pelas missões recai sobre os bispos, sucessores dos apóstolos, que são solidariamente responsáveis com o papa pela missão universal<sup>8</sup>. Em segundo lugar, de acordo com as indicações da *Fidei Donum*, o dever missionário recai sobre os sacerdotes diocesanos e não apenas sobre alguns religiosos, como era no período das missões quando estas estavam nas mãos dos institutos religiosos. O envio dos sacerdotes diocesanos é uma importante novidade desta encíclica<sup>9</sup>. O cuidado pelas missões «ad gentes» especialmente confiado aos institutos religiosos passa a ser também partilhado pelas Igrejas particulares, isto é, os bispos diocesanos e os seus colaboradores presbíteros, que participam também no único sacerdócio de Cristo. Esta novidade

---

<sup>7</sup> Cf. E. BORDA, *La apostolicidad de la mision de la Iglesia: estudio historico-teologico del capitulo doctrinal del decreto "Ad gentes"* (Romae: Athenaeum Romanum Sanctae Crucis, Facultas Theologiae 1990) 36.

<sup>8</sup> Cf. PIO XII, *Fidei Donum*, 237.

<sup>9</sup> Cf. E. BORDA, *La apostolicidad de la mision de la Iglesia*, 37.

também consiste em poder «*superar a dimensão territorial do serviço sacerdotal para pô-lo à disposição de toda a Igreja*»<sup>10</sup>.

O dever missionário dos bispos e sacerdotes diocesanos baseia-se em dois princípios fundamentais: no princípio da corresponsabilidade e no da catolicidade.

O princípio da corresponsabilidade é salientado pelo papa João Paulo II: «*Cristo, com efeito, lhes confiou e confia como aos sucessores dos Apóstolos, antes que a ninguém outro, o mandato comum de proclamar a Boa Nova até aos confins da terra*»<sup>11</sup>. Por isso, todos os bispos e presbíteros são responsáveis pela divulgação da Boa Nova, e conseqüentemente, uma diocese é responsável por outra e por toda Igreja e vice-versa. Estamos perante o segundo princípio - o da catolicidade: «*A catolicidade da Igreja fundamenta-se na missão que recebeu de Cristo e é um atributo que pertence à mesma natureza da Igreja por estar destinada – no eterno desígnio de Deus - a abraçar todos os homens numa só família, e por ter recebido de Cristo uma missão universal*»<sup>12</sup>.

Enviando os sacerdotes diocesanos em missão, Pio XII alterava uma prática que vinculava os presbíteros ao território da incardinação, que por sua vez prejudicava a catolicidade da Igreja. O elemento característico da encíclica *Fidei Donum* não reside em afirmar a possibilidade de que os sacerdotes diocesanos se

---

<sup>10</sup> JOÃO PAULO II, *Ob diem tota Ecclesia ad Missionales res provehendas constitutum Christifidelibus universis missus*, 868.

<sup>11</sup> JOÃO PAULO II, *Ob diem tota Ecclesia ad Missionales res provehendas constitutum Christifidelibus universis missus*, 867.

<sup>12</sup> E. BORDA, *La apostolicidad de la mision de la Iglesia*, 38.

dedicassem à missão, mas que a pudessem levar a cabo sem perder a sua incardinação nas dioceses de origem<sup>13</sup>.

Portanto, a encíclica *Fidei Donum* do Pio XII é muito importante na nossa perspectiva, porque ultrapassa uma visão institucional da missão. A missão é um processo natural da Igreja. O “*plantatio Ecclesie*” é um complexo processo teológico e pastoral pelo qual todos os membros do Corpo Místico são responsáveis, especialmente os seus ministros.

## **1.2. A Constituição dogmática *Lumen Gentium*.**

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium - Luz dos Povos* - é uma das três Constituições emanadas do Concílio Ecuménico Vaticano II, que foi solenemente promulgada pelo Papa Paulo VI em 21 de Novembro de 1964. Neste documento são apresentadas a natureza e a constituição da Igreja, não apenas enquanto instituição, mas também enquanto o Corpo Místico de Cristo. Embora o tema da identidade missionária do presbítero não seja o objeto direto da Constituição, recorreremos ao terceiro capítulo onde vamos achar os momentos interessantes para a nossa perspectiva.

O capítulo terceiro da *Lumen Gentium* é dedicado à hierarquia da Igreja, à sua instituição, natureza e, então, à sua missão. O primeiro empenho do Vaticano II é, a propósito dos presbíteros e diáconos, a afirmação explícita da instituição

---

<sup>13</sup> Cf. J. R. VILLAR, *A Encíclica «Fidei Donum»*, 29.

divina destes ofícios<sup>14</sup> que se situam numa rede de relações que constituem a Igreja de Cristo. O parágrafo 28 considera o presbiterado na sua relação com Cristo e com o conjunto da hierarquia sacerdotal, observa os laços que unem o sacerdote ao seu bispo e aos seus irmãos do presbitério<sup>15</sup>. A missão dos presbíteros entende-se somente na relação com o seu bispo, porque são “cooperadores” da sua ordem episcopal (cf. LG 28). Por isso, estudando a missão do presbítero na perspectiva desta Constituição precisamos de abordar a instituição, a natureza e a missão do *Ordo episcoporum*.

O nosso Divino Salvador confiou a sua missão recebida do Pai aos Doze Apóstolos os quais, no dia de Pentecostes, foram plenamente confirmados na mesma missão pelo Espírito Santo (cf. LG 19) que desceu segundo a vontade de Cristo e os enriqueceu com um dom especial do Espírito Santo, e que por sua vez foi transmitido até aos nossos dias através da consagração episcopal (cf. LG 21). Esta missão não era um cargo temporal, mas permanente e perpétuo, até à “consumação dos tempos” e com a própria assistência de Cristo (cf. LG 20). E desde os primórdios eles tiveram consciência da sua capacidade de escolher entre si os irmãos que fossem associados plenamente ao seu ministério (a eleição de Matias testemunha isso)<sup>16</sup>. Cumprindo a vontade do Senhor para que a missão que lhes fora entregue continuasse após a sua morte, escolheram os seus colaboradores para continuarem a obra começada por eles (cf. LG 20) e lhes transmitiram

---

<sup>14</sup> M. NICOLAU [et al.], *A Igreja do Concílio Vaticano II: comentário à Constituição Dogmática «Lumen Gentium»* (Porto: Livraria Apostolado da Imprensa 1966) 217.

<sup>15</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II* (Petrópolis: Vozes 1965) 901-902.

<sup>16</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II*, 906.

legitimamente, em grau diverso, o *múnus* do seu ministério (cf. LG 28). Deste modo a morte dos Doze não provocará nenhuma crise, a Igreja continuará sob a direção dos responsáveis unidos naquilo que, em breve, se chamará o *Ordo episcoporum*, o qual se liga diretamente aos Doze e ao Senhor<sup>17</sup>.

O ministério dos Bispos, como sucessores dos Apóstolos, e dos presbíteros, enquanto seus colaboradores, está diretamente ligado à missão de Jesus Cristo e dos seus discípulos, reside no tríplice poder: pregar, santificar e governar. Efetivamente os presbíteros foram criados para o *auxílio dos bispos*, como o “*instrumento*” da realização do seu tríplice *múnus*, e não como *complemento* do corpo ou ordem episcopal, porque a palavra “*complemento*” poderia indicar que o bispo não possui a plenitude do poder<sup>18</sup>. Eles são associados ao sacerdócio do bispo com o qual formam o “*presbiterium*” para cumprirem com ele e sob sua direção a tarefa apostólica<sup>19</sup>. Sendo os presbíteros colaboradores da ordem episcopal, embora não possuam a sua plenitude e dependam dos bispos no exercício do próprio poder, são também consagrados à imagem de Cristo para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino (cf. LG 28).

Em relação do *múnus praedicandum* podemos dizer que a Palavra de Deus está na Igreja e o colégio dos bispos tem a missão e a capacidade espiritual de a guardar, interpretar autenticamente e de a proclamar ininterruptamente aos

---

<sup>17</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II*, 906.

<sup>18</sup> Cf. M. NICOLAU, *A Igreja do Concílio Vaticano II*, 224.

<sup>19</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II*, 915.

homens<sup>20</sup>. Os sacerdotes, sendo os participantes da missão do colégio dos bispos, também gozam deste poder.

A Constituição utiliza sucessivamente duas fórmulas para caracterizar o ensino: *ad Evangelium praedicandum* e *omnibus verbum divinum annuntiarum*. Estas expressões apontam para dois aspetos distintos: a actividade missionária entre “os de fora” e o ensino propiciado aos cristãos da assembleia litúrgica<sup>21</sup>. A primeira expressão faz com que os presbíteros não sejam só os animadores de comunidade, mas também verdadeiros apóstolos de todos os povos. Isto significa que o carácter do seu *múnus docendi* em vista da missão episcopal é universal.

No que diz respeito ao exercício do poder *fidelesque pascendos* podemos dizer que Cristo confiou aos Doze esta tarefa de apascentar as ovelhas que são “d’Ele” (Jo 21,16). Por isso, os presbíteros através da ordem episcopal participam na missão de Cristo, Pastor e Cabeça, de governar as comunidades com a autoridade que consiste em fazer delas uma verdadeira família de fraternidade (cf. LG28).

Quanto a *divinum cultum celebrandum* dizemos que os sacerdotes têm por tarefa principal celebrar o culto: «mas é no culto ou celebração eucarística que exercem principalmente o seu múnus sagrado» (cf. LG 28). Este culto é uma representação sacramental do único sacrifício de Cristo feito na cruz, por isso para o celebrar Cristo quis que haja também o sacerdócio sacramental através do qual são com Ele configurados e agem em Seu nome (cf. LG 10 e PO 2).

---

<sup>20</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II*, 910.

<sup>21</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II*, 911.

Tendo em consideração tudo o que acima foi dito podemos então dizer que a missão do sacerdócio presbiteral está ligada à missão do sacerdócio de Cristo através do sacerdócio episcopal no qual se encontra a plenitude do poder concedido por Cristo aos Doze, que por sua vez legitimamente o transmitiram aos seus sucessores em grau diverso. Este poder consiste no facto de ser capacitado por meio do sacramento para pregar (anunciar), apascentar (governar) e celebrar o culto divino. Não são meramente cooperadores do bispo, mas através dele participam no sacerdócio e na missão de Cristo.

### **1.3. O decreto sobre a actividade missionária da Igreja *Ad Gentes***

O Decreto conciliar *Ad Gentes* é um dos nove decretos do Concílio Vaticano II e dedicado à actividade missionária da Igreja. Foi promulgado pelo papa Paulo VI a 7 de Dezembro de 1965.

Este Decreto deve ser lido à luz da *Lumen Gentium*, de modo que a *Lumen Gentium* é a chave interpretativa de *Ad Gentes*: a Igreja é uma criação da Trindade, por isso, a sua missão deve colocar-se no contexto trinitário.<sup>22</sup> Por isso o primeiro capítulo do Decreto aborda o mistério da Igreja - a sua origem, a natureza e a finalidade - e começa por afirmar que a Igreja pela sua natureza é missionária porque, segundo o desígnio do Pai, tem a sua origem na missão do Filho e na missão do Espírito Santo (cf. AG 2-9). Então a doutrina sobre a missão

---

<sup>22</sup> Cf. E. BORDA, *La apostolicidad de la mision de la Iglesia*, 191.

fundamenta-se na doutrina sobre a Igreja. Deste modo foi apresentado o conceito de “missão” a partir do mistério da Igreja, de acordo com a *Lumen Gentium*, que veio substituir o conceito das “missões”: a unidade da missão encontra-se na unidade da Igreja, e tudo o que a Igreja faz é missionário<sup>23</sup>. Com efeito, o facto de reflectir sobre a “missão” como algo fundamental e co-natural à Igreja não foi a razão para deixar de falar sobre a específica actividade missionária que se realiza nas tradicionais terras da missão<sup>24</sup>.

Como já referimos a *Lumen Gentium* e o *Ad Gentes* estão em plena harmonia e concordância. Entretanto, o decreto *Ad Gentes* focaliza a apostolicidade como uma característica essencial da missão da Igreja<sup>25</sup>. Isto significa que os Apóstolos e os seus legítimos sucessores (em grau diverso) são insubstituíveis nesta dinâmica da missão da Igreja. Portanto, toda a missão da Igreja deriva dos apóstolos nos quais se encontra a totalidade dos meios e carismas necessários para levar ao cabo a missão da Igreja.

Os Bispos, sucessores dos Apóstolos, são «*consagrados não só para uma diocese, mas para a salvação de todo o mundo*» (AG 38). À luz da ordem episcopal os sacerdotes representam a pessoa de Jesus Cristo e são cooperadores dos bispos na tríplice função sagrada que, por sua vez, diz respeito à missão da Igreja (cf. AG 39), ou dito de outra maneira, o sacerdote recebe a missão da Igreja através do sacerdócio episcopal, configurando-se a Cristo, a nossa salvação. A sua

---

<sup>23</sup> Cf. E. BORDA, *La apostolicidad de la mision de la Iglesia*, 197.

<sup>24</sup> Cf. J. NUNES, *Teologia da Missão: Notas e Perspectivas* (Lisboa: Obras Missionárias Pontificias 2008) 49.

<sup>25</sup> Cf. E. BORDA, *La apostolicidad de la mision de la Iglesia*, 217.

missão é representar Cristo e, gozando do tríplice *múnus*, dilatar as fronteiras da salvação. Os ministros ordenados são, por isso, definidos pelo Decreto como «*salutis ministros*» (cf. AG 16). Como Cristo ofereceu a Sua vida pela salvação do mundo, realizando a missão do Pai, assim o sacerdote a Ele configurado «*pelos sacramentos e restantes meios da graça*» (AG 5) administra-a em nome de Cristo e da Igreja para a salvação *de todo o mundo*, oferecendo também a sua vida à missão da Igreja. Ela consiste na colaboração na mesma missão de Cristo à qual o sacerdote oferece toda a sua vida, pois ela «*foi consagrada para o serviço das missões*» (AG 39).

#### **1.4. Decreto sobre o ministério presbiteral *Presbyterorum Ordinis***

O Decreto *Presbyterorum Ordinis* do Concílio Vaticano II dedicado ao ministério e à vida sacerdotal foi promulgado a 7 de Dezembro de 1965. O ministério sacerdotal é abordado nas várias perspectivas, que nos permitirão ver o sacerdote na sua dimensão missionária.

Os sacerdotes, enquanto participantes da função ministerial dos bispos pelo sacramento da Ordem no grau do presbiterado, exercem o tríplice ministério de Cristo: o profético, porque proclamam a palavra, o sacerdotal, porque santificam o povo de Deus e o pastoral, porque são seus cuidadores e dirigentes (cf. LG 27-28). O tríplice *múnus* foi transmitido aos apóstolos e depois aos seus sucessores, os Bispos, que o confiaram aos sacerdotes, de modo que a missão do presbiterado reside no cumprimento da missão apostólica (cf. PO 2).

Como cooperadores da missão apostólica eles devem ter o anúncio do Evangelho como seu primeiro dever missionário destinado a «toda a criatura», a crentes (por meio da catequese, pela conduta) e a não crentes, por meio da pregação aberta (cf. PO 4).

Como os ministros dos Sacramentos e da santificação encaminham os fiéis à graça de Cristo que lhes é comunicada por meio dos sacramentos para a santificação dos fiéis (cf. PO 5). O cume de toda a santificação é o sacramento da Eucaristia para a qual todos os sacramentos estão ordenados<sup>26</sup>.

Enquanto guias do Povo de Deus são seus pastores, tendo por missão reuni-lo e conduzi-lo à salvação exercendo com autoridade o *múnus* de Cristo Cabeça e Pastor. Por isso, são chamados viver com a máxima humanidade e bondade, seguindo o exemplo de Cristo, agindo de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã e não procurando o agrado dos homens (cf. PO 6).

A missão e a unidade de consagração dos sacerdotes exigem a sua comunhão hierárquica com a Ordem episcopal que passa pela caridade e pela obediência sincera que está fundamentada na própria participação do ministério episcopal, conferida aos sacerdotes pelo Sacramento da Ordem e pela missão canónica (cf. PO 7). Todos os sacerdotes são enviados a colaborar na mesma obra, quer exerçam o *múnus* paroquial, quer se dediquem ao trabalho científico, quer trabalhem manualmente, quer realizem qualquer obra apostólica – todos têm o mesmo fim que é a edificação do Corpo de Cristo (cf. PO 8). Este Corpo Místico é o Povo de Deus unido a Cristo Cabeça, o qual, segundo o desígnio de Deus, deve

---

<sup>26</sup> Cf. J. GIBLET, *A Igreja do Vaticano II*, 907.

dilatar-se até aos confins do mundo, estender-se a todos os povos da terra. Portanto, a missão dos sacerdotes tem um carácter universal. Porque «*o dom espiritual que os sacerdotes receberam na ordenação não os prepara para uma restrita e determinada missão, mas para a amplíssima e universal missão da salvação até aos confins da terra*» (cf. PO 10), a universalidade da sua missão decorre da universalidade da salvação. O sacerdócio de Cristo no qual participam os sacerdotes destina-se a todos os povos de todos os tempos, por isso «*todo o ministério sacerdotal participa da própria amplitude universal da missão confiada por Cristo aos Apóstolos*» (PO 10). Cada sacerdote é um verdadeiro missionário apostólico porque participa na missão do próprio Cristo.

### **1.5. Carta encíclica *Redemptoris Missio***

A encíclica *Redemptoris Missio* do Papa Beato João Paulo II foi publicada a 7 de Dezembro de 1990 e tem como finalidade recordar a «validade permanente do mandato missionário»<sup>27</sup>.

João Paulo II começa a sua reflexão formulando uma pergunta: *para quê, pois, a missão?* A salvação em Cristo, que se fundamenta na fé e que foi oferecida por Ele no mistério da Redenção, é universal, porque neste mistério está a redenção de todos. Os homens, portanto, só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo<sup>28</sup>. Se a salvação é universal deve ser posta à disposição de todos. A Igreja, portanto, é a cooperadora da salvação, é o seu sinal e o seu

---

<sup>27</sup> JOÃO PAULO II, Encíclica *Redemptoris Missio* [de 7 de Dezembro de 1990], in AAS 83 (1991) 340.

<sup>28</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 4-5, in AAS 83 (1991) 252-254.

instrumento. Através dela, Cristo cumpre a Sua missão<sup>29</sup>. Por isso, a Igreja é missionária, cujo guia e protagonista é o Espírito Santo, que opera em todo tempo e lugar<sup>30</sup>.

«*Não existe testemunho sem testemunhas, como não há missão sem missionários*»<sup>31</sup> - afirma o Papa para dizer que a Igreja necessita de operários para levar a cabo a sua missão. Entre os principais agentes da missão no segundo lugar estão os missionários e os institutos *ad gentes* e não os sacerdotes diocesanos (cf. AG 39-41).

Os primeiros responsáveis pela esta missão são os Bispos, quer como colégio episcopal, quer como os Pastores das Igrejas particulares.

No segundo lugar encontramos “*os missionários*” e institutos *ad gentes*. Trata-se duma “*vocação especial*” ou “*carisma originário*”<sup>32</sup>. São aquelas pessoas e instituições que se oferecem e se comprometem para o serviço da evangelização dos não-cristãos.

E no terceiro lugar estão os sacerdotes diocesanos. Na referência à dimensão missionário do ministério dos sacerdotes diocesanos não encontramos a referência a uma “*vocação especial*”, porque estes «*por força do sacramento da Ordem, são chamados a partilhar a solitudine pela missão*»<sup>33</sup>. Pela natureza da sua Ordem são incorporados na missão de Cristo e da Igreja, são, portanto, missionários pela

---

<sup>29</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 9-10, in AAS 83 (1991) 257-259.

<sup>30</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 23-28, in AAS 83 (1991) 269-274.

<sup>31</sup> JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 61, in AAS 83 (1991) 309.

<sup>32</sup> JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 65, in AAS 83 (1991) 313-314.

<sup>33</sup> JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 67, in AAS 83 (1991) 315.

própria consagração ao seu ministério, por isso «*todos os sacerdotes devem ter um coração e uma mentalidade missionária, estarem abertos às necessidades e ao mundo, atentos aos mais distantes e, sobretudo, aos grupos não-cristãos do próprio meio*»<sup>34</sup>. Jesus Cristo confia-lhes todas as pessoas, especialmente aquelas que não O conhecem. Por isso devem estar disponíveis para se oferecer, de acordo com a sua Ordenação, para levar a missão da Igreja aonde ela ainda não foi implantada.

## **1.6. Exortação apostólica *Pastores dabo vobis***

A Exortação apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, dedicada à formação sacerdotal, do Papa Beato João Paulo II foi promulgada a 25 de Março de 1992<sup>35</sup>. A identidade missionária do presbítero, mesmo se não é objeto explícito, está claramente presente nesta exortação<sup>36</sup>. No segundo capítulo o Papa aborda a questão da natureza e da missão do sacerdócio ministerial.

Abordando a questão da identidade missionária do sacerdote, João Paulo II parte da questão da natureza da Igreja, apoiando-se na Exortação *Cristifideles laici* e apresenta-a como mistério, comunhão e missão: é mistério porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo constituem o dom absolutamente gratuito oferecido àqueles que nasceram da água e do Espírito (cf. Jo 3,5),

---

<sup>34</sup> JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 67, in AAS 83 (1991) 315.

<sup>35</sup> JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Pastores dabo vobis* [de 25 de Março de 1992], in AAS 84 (1992) 804.

<sup>36</sup> ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A identidade do presbítero na Igreja, como dimensão intrínseca do exercício dos tria munera* n°2, in <http://www.presbiteros.com.br/site/a-identidade-missionaria-do-presbitero-na-igreja-como-dimensao-intrinseca-do-exercicio-dos-tria-munera/2009>.

chamados a reviver a própria comunhão de Deus e manifestá-la e comunicá-la na história (missão)<sup>37</sup>. A Igreja de facto, é a plenitude, o Corpo, a Esposa de Cristo, é o “sinal” e o “memorial” vivo da sua presença<sup>38</sup>. A Cabeça desta Igreja, então, é o próprio Cristo com o qual os sacerdotes são configurados sacramentalmente pela Ordenação, por isso agem com autoridade na pessoa de Cristo Cabeça Pastor, de modo que o sacerdote *«encontra a verdade plena da sua identidade no facto de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança: é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote»*<sup>39</sup>.

Portanto, a natureza do sacerdócio é constituída pelas duas referências: a cristológica, porque é configurado a Cristo Cabeça Pastor, exercendo o tríplice múnus, e a eclesiológica, porque a Igreja é o Corpo de Cristo, o sacramento da salvação na história, espaço onde o tríplice múnus sacerdotal é exercido. Deste modo o sacerdócio existe em função da Igreja, existe para a promoção do exercício do sacerdócio comum. Enquanto unido à Palavra e aos sinais sacramentais a cujo serviço se encontra, pertence aos elementos constitutivos da Igreja<sup>40</sup>.

Ao configurar-se com Cristo torna-se participante da Sua missão, então é o enviado do Pai, para o serviço da Igreja e para a salvação do mundo. A vida de Cristo foi um serviço contínuo. Ao configurar-se sacramentalmente com Ele, o

---

<sup>37</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores dabo vobis* n° 12, in AAS 84 (1992) 675-676.

<sup>38</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores dabo vobis* n° 12, in AAS 84 (1992) 676.

<sup>39</sup> JOÃO PAULO II, *Pastores dabo vobis* n° 12, in AAS 84 (1992) 676.

<sup>40</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores dabo vobis* n°16, in AAS 84 (1992) 681.

ministério sacerdotal torna-se um serviço à comunidade universal, já porque a missão de Cristo era universal.

O enviado, o presbítero, encontra-se em relação quer com quem o envia quer com aqueles aos quais é enviado. Com aquele que o envia, o próprio Cristo, tem a relação sacramental, e em relação com aqueles aos quais é enviado tem a relação do serviço. É Cristo quem envia e constitui os ministros de sua Igreja e, portanto, esses não podem ser considerados simplesmente eleitos ou delegados da comunidade ou do povo sacerdotal, mas sim os Seus enviados<sup>41</sup>.

Portanto, podemos afirmar que a missão do sacerdote é representar sacramentalmente Cristo, Cabeça e Pastor para o serviço universal da Igreja que consiste no anúncio da Palavra, na celebração dos sacramentos e na edificação do Corpo Místico de Cristo.

### Conclusão

Neste primeiro capítulo procurámos estudar a dimensão missionária do ministério presbiteral na sua evolução histórica. Neste sentido a Encíclica *Fidei Donum* do Papa Pio XII representa um marco histórico, ao lançar as bases para o desenvolvimento teológico do tema, chamando a atenção para o facto de que a missão *ad gentes* não é uma obra exclusiva das ordens religiosas, mas diz respeito a toda Igreja, e cuja responsabilidade compete também aos bispos e aos presbíteros diocesanos. No espírito da *Fidei Donum*, o Concílio sublinhou a

---

<sup>41</sup> Cf. ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A identidade missionária do presbítero na Igreja* n.º 2.

dimensão missionária do sacerdócio em geral. O magistério pós-conciliar insiste nesta perspectiva: a dinâmica missionária da Igreja decorre da universalidade da salvação, por isso deve ser posta à disposição de todos. O presbítero, então, aparece como o «enviado» de Cristo e de Deus Pai, e o ungido do Espírito para levar ao cabo a missão da Igreja. Os documentos acima estudados oferecem-nos uma certa visão sobre a missão do sacerdote no mistério da salvação.

Tendo como suporte o magistério da Igreja, os autores que apresentamos no próximo capítulo vão permitir-nos ter uma ideia mais abrangente e alargada sobre a identidade missionária do ministério presbiteral.

## **Capítulo Segundo**

### **A identidade missionária do ministério sacerdotal**

Por força da ordenação sacerdotal os presbíteros, como colaboradores da ordem episcopal, participam no sacerdócio de Cristo e agem em Seu nome. O Nosso Divino Salvador, sendo o primeiro missionário e sacerdote de Deus Pai, cuja missão era trazer a Boa Nova a todo mundo e que consistia em anúncio da salvação e do Reino de Deus, quis tornar participantes da sua missão e do seu sacerdócio aqueles que Ele escolheu, consagrando-os para a continuação da sua missão no mundo até ao fim dos tempos. A identidade do sacerdote consiste na participação da missão de Cristo, representando-O na Igreja comunhão e missão. O sacerdócio ministerial pela sua natureza é missionário. Sendo chamado e enviado pelo Cristo, como outrora os discípulos foram chamados e enviados pelo Senhor para anunciar a salvação em Jesus Cristo, destina-se necessariamente a toda Igreja universal, ao todo Povo de Deus.

#### **2.1. Significado da palavra «missão»**

O termo «missão» no latim clássico tem uma amplíssima aplicação. A palavra «missão» vem do verbo latino «*mittere*» que significa «enviar». No sentido estrito significa o ato de mandar uma pessoa ou um grupo de pessoas para cumprir uma determinada função. A linguagem teológica contraiu este termo para o aplicar a propósito da missão do Filho, do Espírito e da Igreja que foi enviada de

modo solene para prosseguir a Sua obra redentora no mundo. Por isso a Igreja é missionária porque foi encarregada por Cristo para cumprir tal mandato<sup>42</sup>.

## **2.2. Cristo – missionário e sacerdote de Deus Pai**

O projeto de Deus sobre toda a humanidade chega ao seu pleno cumprimento na Pessoa de Jesus Cristo, Seu Filho, enviado por Ele para junto dos homens para lhes dar a conhecer o Seu projeto de salvação, baseado no Seu amor infinito para com a Sua criatura. Por isso, o ponto da referência da «missão» (e do sacerdócio) é a Pessoa de Jesus, enviado pelo Pai, sob ação do Espírito Santo, para anunciar a «boa nova» a toda a humanidade. Ele apresenta-Se como o enviado e dedica toda sua vida ao anúncio do evangelho, prepara os seus discípulos para que participem na mesma missão com o seu mesmo estilo evangelizador, os envia, os acompanha e os espera<sup>43</sup>.

No evangelho de S. João Jesus apresenta-se continuamente como o «enviado». À luz do Verbo que se fez carne para compartilhar a história conosco (Jo 1,14) o leitor toma a consciência de que Jesus, por meio dos seus «sinais», mostrou que é o Filho enviado pelo Pai: «de tal modo Deus amou o mundo, que lhe deu o seu Filho único, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna. Pois Deus não enviou o Filho ao mundo para o condenar, mas para que o mundo seja salvo por ele» (Jo 3,16-17). Ele é o Filho enviado pelo Pai para

---

<sup>42</sup> Cf. A. SEUMOIS, *Curso di teologia sistemática: teologia missionaria* (Bologna: Edizione Dehoniane Bologna 1993) 20.

<sup>43</sup> B. J. ESQUERDA, *Misionología: evangelizar en un mundo global* (Madrid: BAC 2008) 8.

uma função salvífica universal (Jo 4,14), Ele é «o Salvador do mundo» (Jo 4,42). A missão de Jesus concretiza-se em comunicar (com todas as consequências) a «visão» peculiar de Deus, porque só o Filho unigénito de Deus o viu e nos pode narrar (cf. Jo 1,18). E a causa principal desta missão é o amor do Pai – origem fontal da missão de Jesus que põe em prática o projeto do Pai, sob ação do Espírito Santo, para a renovação salvífica do mundo<sup>44</sup>.

Jesus tinha a plena consciência da sua missão, de ser enviado do Pai. «É dele que eu provenho, porque não vim de mim mesmo, mas foi ele que me enviou» (Jo 8,42). Esta afirmação de Jesus feita em primeira pessoa mostra quão profunda era a sua consciência de ser enviado do Pai para proclamar o seu desígnio de salvação. Consciente da sua missão do Pai, Jesus de Nazaré cumpre-a até o extremo. Cada página do Evangelho, da primeira até a última, comprova isso. A maior preocupação de Jesus durante a vida terrena é a proclamação do Evangelho, pois, é esta a sua missão (cf. Lc 4,43). Esta proclamação da Boa Nova de Jesus é feita mediante a palavra, as obras, os sinais e os milagres, particularmente mediante a sua morte e a sua ressurreição. Foi o missionário do Pai até o fim, até o sacrifício da sua vida terrena<sup>45</sup>.

Cristo é o missionário e o sacerdote do Pai, que não veio para ser servido mas para servir (Mt 20,28). O seu sacerdócio foi exercido na própria oblação que, segundo S. Paulo, equivale ao autêntico sacrifício do cordeiro pascal (cf. Ef. 5,2).

---

<sup>44</sup> Cf. B. J. ESQUERDA, *Misionología*, 13-15.

<sup>45</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale: storia e teologia* (Roma: Pontificia Università Urbaniana 1991) 244-246.

A vida de Jesus era um serviço em obediência à vontade do seu Pai e às necessidades dos homens, é o entregar-se em serviço de tudo e de todos. Neste sentido afirma João Paulo II: «*Jesus Cristo revelou em Si mesmo a face perfeita e definitiva do sacerdócio da Nova Aliança: fê-lo em toda a sua vida terrena mas sobretudo no evento central da sua paixão, morte e ressurreição*»<sup>46</sup>.

Jesus, pois, não foi apenas «enviado», mas também «enviante». Chamou colaboradores e enviou-os: já durante a sua vida - os Doze e os setenta e dois, e depois da ressurreição (Act 1,8). Há-de haver, pois, continuidade da missão do Ressuscitado feita pelas testemunhas do Ressuscitado<sup>47</sup>.

Jesus Cristo, como o sacramento de Deus Pai, apresenta-se como seu enviado, com isso é o primeiro missionário da obra redentora, e como o sacerdote do Novo Testamento, que consagra a sua vida para o serviço do evangelho, levando esse serviço até ao extremo, fazendo da sua vida o sacerdócio por excelência. Existe, portanto, uma ligação orgânica entre a missão de Jesus e o seu sacerdócio, de modo que a sua missão consistiu em ser sacerdote e o seu sacerdócio à humanidade era missionário, e entre a sua missão e a dos enviados de Jesus, que prolongaram a sua missão no tempo para servir a toda humanidade.

---

<sup>46</sup> JOÃO PAULO II, *Pastores dabo vobis* nº 13, in AAS 84 (1992) 677.

<sup>47</sup> J. NUNES, *Teologia da Missão: Notas e Perspectivas* (Lisboa: Obras Missionárias Pontificias 2008) 25.

### 2.3. Uma Igreja missionária

A Igreja peregrina, como o afirma o Concílio Vaticano II, é pela sua natureza missionária, porque tem a sua origem na missão de Cristo (cf. AG 2). A dimensão missionária está inscrita na própria natureza da Igreja, que é para ela fundamental e vital. Anunciando o evangelho da salvação, a Igreja prossegue no tempo a extensa missão do Ressuscitado. A missão da Igreja é a missão de Cristo. Para compreender melhor esta afirmação será útil recordar a sacramentalidade da Igreja. A Igreja é o sacramento de Cristo, é o sinal visível da sua presença entre os homens. Trata-se duma presença essencialmente dinâmica, porque através dela Cristo continua a agir depois da sua glorificação. Ele age através da sua Igreja que é o seu Corpo Místico, como agia durante a sua vida terrestre através do seu corpo físico. A actividade da Igreja é o Corpo terrestre do Cristo glorificado<sup>48</sup>. Por isso a vida da Igreja, como a vida de Jesus Cristo, em qualquer ação que cumpra, nunca está fechada em si mesma; é sempre ação evangelizadora e, como tal, ação que manifesta o rosto trinitário do nosso Deus<sup>49</sup>.

A sua missionariedade pode ser vista sob diversas perspectivas que, no fundo, vão reduzir-se ao princípio: a Igreja é a missão. Mostraremos apenas as três.

---

<sup>48</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 257-258.

<sup>49</sup> Cf. SÍNODO DOS BISPOS XIII Assembleia Geral Ordinária, *A nova evangelização para a transmissão da fé. Instrumentum Laboris*, in *Ano da fé 2012-2013* (Fátima: Difusora Bíblica 2012) nº 27, 71.

A missão pode ser vista a partir da mediação de Cristo histórico. O motivo primordial da missão sempre será o mandato missionário de Jesus que ressoa constantemente aos ouvidos da Igreja: «*Ide e fazei discípulos todos os povos*» (Mt 28,18). Deste modo a actividade missionária não é um capricho ou uma necessidade, mas um ato de obediência ao seu Fundador. Entretanto, não se trata só de um ato da obediência. O próprio Cristo conecta explicitamente o mandato missionário com a missão que Ele recebeu do Pai: «*Como o Pai me enviou, assim eu vos envio*» (Jo 20,21). Deste modo a missão da Igreja através da mediação histórica de Cristo origina-se e apoia-se na riqueza transcendente do mistério trinitário<sup>50</sup>.

A missionariedade da Igreja pode ser vista também a partir da eclesiologia. A Igreja é o sacramento da presença permanente de Cristo, ela prolonga-O e continua-O<sup>51</sup>, ela é o Corpo místico de Cristo que é a Cabeça deste Corpo (cf. LG 7). Isto significa que Cristo de modo sacramental continua a estar presente na história, «*continua a agir, depois da sua glorificação, através do seu Corpo místico, do mesmo modo como antes agia através do Seu Corpo físico*»<sup>52</sup>. Por isso a eclesiologia e missiologia estão intrinsecamente unidas entre si.

A terceira perspectiva da missão consiste no *dinamismo do amor* que brota da infinita bondade do Pai que «*de tal modo amou o mundo que enviou o seu*

---

<sup>50</sup> Cf. M. M. SANCHEZ, *Eclesiologia: la Iglesia, misterio de comunión y misión* (Madrid: Sociedadde Educación Atenas 1994) 235.

<sup>51</sup> Cf. PAULO VI, Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi* n° 15 [de 6 de Janeiro de 1975], in AAS 68 (1976) 14.

<sup>52</sup> J. S. MARTINS, *Ide e anunciai: fundamentos e desafios da missão hoje* (Lisboa: Paulus 2008) 126.

*Filho...»*. O motivo originário da evangelização é o amor de Cristo para a salvação eterna dos homens<sup>53</sup>. Este amor manifestado em Jesus Cristo vive em nós pelo Espírito Santo. S. Paulo, que leva o Evangelho até aos confins da terra, manifesta que não o move nenhuma fama do poder, da glória, nem do dinheiro, mas sim o faz pelo amor de Deus. Portanto, na medida em que a Igreja se mantenha aberta para receber o amor de Deus necessariamente converter-se-á numa Igreja missionária<sup>54</sup>.

### **2.3.1. A missão *ad intra* e *ad extra***

A missão da Igreja define-se em relação ao reino de Deus e à sociedade. A Igreja está ao serviço do reino no meio da história humana, cuja realização plena está sempre por diante. Ela, então, é chamada a ser uma mediação histórica do reino de Deus na história humana. Essa é a sua missão<sup>55</sup>, anunciar com palavras e obras o reinado de Deus, evangelizando os homens e levando-os à proximidade do Pai e à reconciliação entre si<sup>56</sup>. A missão da Igreja dirige-se não só a todos os homens e a todos os povos, mas também ao homem todo, porque é o homem tal como ele é, com o corpo e com a alma, com o seu contexto social e cultural que se encontra com Absoluto<sup>57</sup>. O homem concreto e histórico, enraizado no seu contexto habitual, é a meta da missão da Igreja.

---

<sup>53</sup> Cf. SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris* nº 34,76.

<sup>54</sup> Cf. M. M., SANCHEZ, *Eclesiologia*, 236.

<sup>55</sup> Cf. F. MARTINEZ, *Iglesia sacerdotal Iglesia profética*, 71-72.

<sup>56</sup> Cf. R. BLAZQUEZ, *La Iglesia del Concilio Vaticano II* (Salamanca: Sigueme 1991) 84.

<sup>57</sup> Cf. M. M. SANCHEZ, *Eclesiologia*, 243.

Os destinatários da obra evangelizadora encontram-se numa dupla direção. A Igreja sai em direção daqueles que nunca conheceram o Evangelho de Cristo. O mandato do Divino Salvador - «*Ide pregai a toda a criatura*» - é categórico (Mt16,15). Por isso a Igreja «*não detém o anúncio evangélico, delimitando-o a um sector da humanidade, ou a uma classe de homens, ou, ainda, a um só tipo de cultura*»<sup>58</sup>. Esta é a específica missão *ad gentes*, cujo objetivo é fundar comunidades cristãs e fazer a crescer as Igrejas até à sua completa maturação<sup>59</sup>.

O segundo grupo dos destinatários encontra-se no interior da Igreja, e aqui a evangelização distingue uma dupla tarefa: aprofundar a fé daqueles que permanecem no contacto com o Evangelho (o cuidado pastoral) e procurar fazer voltar para a Igreja os que foram batizados e perderam o sentido vivo da fé, ou já não se reconhecem como membros da Igreja (a nova evangelização)<sup>60</sup>.

Estes dois tipos de evangelização são dois processos distintos e diferentes, quanto à sua forma e metodologia, e apresentam para a Igreja um duplo desafio, todavia, servem para o mesmo fim – levar a Boa Nova de Jesus ao homem - «*A actividade missionária ad intra é sinal de autenticidade e de estímulo para realizar a outra ad extra, e vice-versa*»<sup>61</sup>. Isto significa que estas duas atividades missionárias se complementam mutuamente de tal modo que formam uma missão da Igreja. O que as distingue são as circunstâncias e as condições em que esta

---

<sup>58</sup> PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 50, in AAS 68 (1976) 40.

<sup>59</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 48, in AAS 83 (1991) 295.

<sup>60</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 33, in AAS 83 (1991) 278-279.

<sup>61</sup> JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 34, in AAS 83 (1991) 280.

missão se exerce (cf. AG 6), mas os meios – o testemunho, o anúncio, os sacramentos<sup>62</sup>, - e a finalidade permanecem os mesmos.

### **2.3.2. O ministério sacerdotal no quadro da Igreja missionária**

A missão da Igreja no mundo, como já o afirmámos, consiste em ser o sacramento de Cristo, em ser uma mediação histórica do reino de Deus na história humana. Ela continua e atualiza a missão de Jesus. Não é ela que realiza a salvação, esta é a obra de Deus, mas na Igreja anuncia-se, celebra-se e experimenta-se a acção salvífica de Deus<sup>63</sup>. A Igreja é católica ou universal, de acordo com o desígnio de Deus que quis salvar toda a criatura (cf. LG 13). E como a expressão espontânea da catolicidade brota da missão universal da Igreja, de modo que a missão está ao serviço da catolicidade<sup>64</sup>, porque por ela o Corpo Místico de Cristo congrega e ordena incessantemente as forças em ordem ao seu próprio crescimento (cf. AG 7).

Se a missão é percebida deste modo e ocupa tão central papel na vida da Igreja, deve recair sobre todos os membros da Igreja. Cada um deve descobrir o modo próprio para a contribuição no compromisso missionário. Deste modo, todos são sujeitos e protagonistas da missão universal<sup>65</sup>. Cada um dos membros da Igreja, - bispos, sacerdotes, religiosos e leigos -, deve desempenhar a missão

---

<sup>62</sup> Cf. PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 21-23, in AAS 68 (1976) 19-21.

<sup>63</sup> Cf. F. MARTINEZ, *Iglesia sacerdotal Iglesia profética*, 72.

<sup>64</sup> Cf. E. BUENO DE LA FUENTE, *Eclesiologia* (Madrid: BAC 2007) 256.

<sup>65</sup> E. BUENO DE LA FUENTE, *Eclesiologia*, 264.

comum segundo o carisma próprio, a sua vocação e o estado que ocupa no conjunto da comunidade<sup>66</sup>.

Todavia, a primeira responsabilidade pela missão recai sobre o sacerdócio ministerial - bispos e sacerdotes -, que por força da ordenação sacerdotal agem em nome de Cristo<sup>67</sup>. Os sacerdotes são cooperadores da ordem episcopal no exercício da tríplice função sagrada que, por sua vez, corresponde à missão da Igreja (AG 39). Isto significa que a Igreja plenamente cumpre a sua missão através do ministério sacerdotal enquanto exerce a sua tríplice função de anunciar, celebrar e guiar, porque esta existe em função da missão, de tal modo que a continuação da missão da Igreja é o objetivo do sacerdócio ministerial. Por isso, a sua função é construir a Igreja, assegurar o seu crescimento, continuidade e unidade, continuar e completar a obra da Ressureição<sup>68</sup>. Portanto, a missão do sacerdócio ministerial na Igreja missionária consiste em construir através do tríplice múnus da Igreja a unidade e a comunhão entre os membros da Igreja e propiciar à dilatação do Reino de Deus.

Com efeito *«a missão da Igreja não é só levar a mensagem e a graça de Cristo a todos os homens, mas também impregnar e aperfeiçoar com o espírito evangélico a ordem temporal»* (AA 5). A Igreja atua entre os homens imersos numa civilização, numa ordem temporal. E a sua missão consiste em salvar estes homens e este mundo ao qual Deus amou tanto que *«lhe deu o seu Filho»* (Jo

---

<sup>66</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Ide e anunciai*, 136.

<sup>67</sup> Cf. PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 68, in AAS 68 (1976) 57-58.

<sup>68</sup> B. J. ESQUERDA, *Teologia y espiritualidade sacerdotal* (Madrid: Editorial ZYX 1966) 96.

3,16). A Igreja, por isso, encarrega os seus sacerdotes numa missão muito importante – transformar o mundo transformando os homens.

A identidade do sacerdote consiste na participação na missão de Cristo, que se prolonga na Igreja, de modo que o sacerdote é continuador da sua missão entre os homens, ministro e representante da Igreja, a comunhão e o sacramento da união entre Deus e os homens, e entre todos os homens sem distinção. O sacerdote é, desta maneira, o servidor não só da Igreja mistério e comunhão, mas antes de mais da Igreja missão, porque faz dela a comunidade anunciadora e testemunha do Evangelho. Isto pressupõe uma disponibilidade missionária que deve exprimir-se num serviço generoso e incondicionado em qualquer encargo pastoral na Igreja local ou universal<sup>69</sup>.

#### **2.4. A missão – fundamento do sacramento da Ordem**

*«Como é possível crer sem primeiro ouvir? E como ouvir, sem pregador? E como se pode ser pregador sem primeiro ser enviado?» (Rom 10,14-15).*

Ninguém, nenhuma pessoa, nenhuma comunidade, pode anunciar a si mesma o Evangelho, porque ninguém pode dar a si próprio o mandato e a missão de anunciar o Evangelho. O enviado do Senhor fala e atua, não por autoridade própria, mas em virtude de autoridade de Cristo, não como membro da comunidade, mas falando à comunidade em nome de Cristo. Ninguém pode conferir a si próprio a graça. Ela deve ser-lhe dada e oferecida. Isto supõe

---

<sup>69</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 266.

ministros da graça, autorizados e habilitados em nome de Cristo. É d'Ele que recebem a missão e a faculdade (o poder sagrado) de agir *in persona Christi capitis*. Os sacerdotes, inteiramente dependentes de Cristo, que lhes dá missão e autoridade, são verdadeiramente «servos de Cristo» (Rom 1,1), à imitação do mesmo Cristo<sup>70</sup>.

A missão é a chave interpretativa da correta compreensão do sacerdócio de Cristo. É a missão de Cristo, o qual o Pai designou a enviar para o mundo para a salvação do mundo, e a missão dos seus discípulos, que foram escolhidos por Cristo e instituídos sacerdotes para prolongar a mesma missão recebida do Pai, servindo a toda humanidade.

A Igreja sempre afirmou e acreditou que o sacramento da Ordem foi instituído por Jesus Cristo, de resto, como os restantes seis sacramentos da Igreja. Por este motivo o Concílio Vaticano II afirma sobre o sacramento da Ordem: «Cristo nosso Senhor, com o fim de apascentar o povo de Deus e aumentá-lo sempre mais, instituiu na Sua Igreja vários ministros que se destinam ao bem de todo o Corpo. Na verdade, os ministros que são revestidos do poder sagrado, estão ao serviço dos seus irmãos, para que todos os que pertencem ao Povo de Deus e gozam portanto da verdadeira dignidade cristã, tenham livre e ordenadamente para o mesmo fim e cheguem à salvação» (LG 18). Deste texto sobressai uma ideia fundamental – Cristo para o bem da Igreja (para “*apascentá-la*” e “*aumentá-la*”) instituiu “*vários ministros*”, revestiu-os do poder sagrado para poderem servir ao Povo de Deus como Ele próprio, que não «veio para ser

---

<sup>70</sup> Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA n.º 875-876.

servido mas para servir» (Mt 20,28). Este poder sagrado que possui o ministério sacerdotal é um dom que foi instituído por Cristo para continuar a Sua missão salvadora<sup>71</sup>.

Entretanto, a Igreja nem sempre expressou da mesma forma o que diz respeito ao momento da instituição do sacramento. O Concílio de Trento, retomando o ensinamento de S. Tomás, declara que o momento da instituição da Eucaristia foi durante a Última Ceia celebrada por Jesus com os seus discípulos<sup>72</sup>.

Com efeito, o Vaticano II ao ter de fundamentar o sacramento da Ordem, mesmo pressupondo a doutrina do concílio de Trento sobre a instituição da Ordem, fê-lo a partir da missão. O Concílio fundamenta o sacerdócio ministerial em Jesus Cristo, quem, constituído sacerdote ao ser enviado pelo Pai, fez partícipes da sua própria missão sacerdotal a quem chama e envia. O texto de Jo 20,21 serve para os padres conciliares como o ponto de partida<sup>73</sup>.

João Paulo II, continuando a linha do pensamento conciliar, afirma claramente que os ministérios sagrados, que participam na missão dos Doze, são de origem divina e derivam da missão de Cristo. Os Apóstolos foram instituídos pelo Senhor e progressivamente continuaram a Sua missão. Eles e os seus

---

<sup>71</sup> Cf. CONGREGACIÓN PARA EL CLERO, *Directorio para el ministerio y la vida de los presbiteros* (Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1995) 8.

<sup>72</sup> «...hoc tam admirabile sacramentum in ultima Coena Redemptorem nostrum instituisse» (DS 1637).

<sup>73</sup> Cf. R. ARNAU, *Ordem e ministérios* (Madrid: BAC 2001) 177.

sucedores através da imposição das mãos foram habilitados pelo Espírito Santo para continuarem esta missão<sup>74</sup>.

Para a correcta compreensão do sacerdócio ministerial temos que recorrer ao termo «enviado», porque o sacerdócio presbiteral, através do sacerdócio episcopal, ficou instituído na missão dos Doze, no sacerdócio apostólico. Os bispos e os presbíteros são consagrados a Deus, para atuar na Igreja universal em nome de Cristo.

À primeira vista encontramos duas correntes de fundamentação do sacerdócio – missionária e eucarística. Mas se as estudarmos mais profundamente chegamos à conclusão de que duas são necessárias e complementares. Tanto a conceção eucarística como a missionária expressam a participação do ministro no poder sacerdotal de Cristo. O sacerdote, segundo o Concílio de Trento, pode oferecer o sacrifício eucarístico, porque recebe de Cristo a capacidade para o celebrar, isto é, foi enviado para isso. De acordo com o Vaticano II, o ministro, sendo enviado por Cristo, serve a Igreja atuando em seu nome, sobre tudo na celebração eucarística a que preside<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores dabo vobis* n° 15, in AAS 84 (1992) 679.

<sup>75</sup> Cf. R. ARNAU, *Ordem e ministérios*, 178.

## 2.5. O ministério presbiteral - abertura à Igreja universal

O mundo caminha para uma unidade social e política (União Europeia, Estados Árabes, União Africana...) superando a geografia, as raças, nações, culturas, grupos linguísticos etc. A Igreja também aceita a unidade com os seus princípios, pois ela forma o Corpo Místico de Cristo, admite um só Deus, uma só fé, um só batismo. Nela não há judeu, nem árabe, nem grego. A unidade da Igreja faz-nos solidários<sup>76</sup>. A Igreja não conhece as fronteiras ou limites territoriais, por isso, «*todos os homens são chamados ao novo Povo de Deus*» (LG 13) devido à salvação universal oferecida pelo Pai em Cristo, que nos chama a participar na Sua vida e na Sua glória.

A Igreja foi fundada como o mistério da salvação e desenvolve no decorrer da história a missão do nosso Salvador que envia os seus Apóstolos, como Ele próprio foi enviado pelo seu Pai (Mt 28,20; Mc 16,15), e daí o dever missionário da Igreja - propagar a fé e a salvação. Deste modo, o Salvador fez dos presbíteros, através da ordem episcopal, participantes da sua missão e consagração. Por isso, os presbíteros levam dentro do seu coração, por razão da ordenação sacerdotal, a solicitude por todas as Igrejas, sem distinções de continentes, de nações, povos, línguas, raças, cores. O ministério presbiteral, enquanto dom divino, participa da missão universal e amplíssima da salvação confiada por Cristo aos seus Apóstolos<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Cf. M. A. MARTIN, *Distribución de Presbiteros y vocaciones sacerdotales*, in *Los presbíteros: a los diez años de "Presbiterorum Ordinis"* (Burgos: Ediciones Aldecoa S.A. 1975) 306.

<sup>77</sup> Cf. M. A. MARTIN, *Distribución de Presbiteros*, 307-308.

O exercício do ministério presbiteral, segundo a própria natureza, é aberto à Igreja universal, o presbítero torna-se partícipe da solicitude por toda a Igreja, então não se limita a territórios geográficos ou canónicos determinados.

Para melhor compreensão do tema da universalidade do ministério presbiteral aprofundaremos alguns estudos sobre a Igreja como comunhão das Igrejas locais «porque o Magistério pós-conciliar situará a dimensão universal do ministério presbiteral no interior de uma compreensão da comunhão das Igrejas particulares e na sua cooperação no campo da missão»<sup>78</sup>.

### ***2.5.1. A Igreja como comunhão das Igrejas locais.***

Com o Concílio Vaticano II acontece uma valorização das Igrejas particulares que por sua vez influenciou e redimensionou a eclesiologia. O Concílio Vaticano II utiliza a expressão Igreja local de modo indistinto. Às vezes a Igreja local identifica-se com a Diocese (LG 23,27,45; ChD 3,11; AG 6,19,20) ou é usada para designar os Patriarcados (UR14, LG23,26,27). Usa-se esta expressão também para definir a comunidade presidida pelo presbítero (PO 6). O Código de Direito Canónico optará por aplicar a Igreja particular à Diocese<sup>79</sup>.

Em Jerusalém, como nos transmitem os Atos dos Apóstolos, nasce a Igreja Apostólica sob o Espírito de Pentecostes que revela a sua natureza. No seu rosto perante a humanidade ela é a comunhão que Lucas descreve de forma idealizada: a comunidade vive a comunhão espiritual e materialmente. Abundam as

---

<sup>78</sup> J. R. VILLAR, *A Encíclica «Fidei Donum»*, 28.

<sup>79</sup> Cf. E. BUENO DE LA FUENTE, *Eclesiologia* (Madrid: BAC 2007) 96-97.

expressões de unidade “*koinonía* fraternal”, “juntos”, “unidos”, “todos em comum”, “se repartia”, “um só coração e uma só alma”. O que conta não é a organização de vida em comum, mas a sua qualidade, cujo objetivo era a unanimidade (2,46), a união dos corações (4,32), a comunhão (2,42) em uma relação constante com Deus (5,12). Ela apresenta-se como uma comunidade sem barreiras. Encontramos nela levitas (4, 36) e helenistas (6,1)<sup>80</sup>. A Igreja nasce assim católica num lugar. É dirigida em primeiro lugar a Israel, todavia, tem consciência de que o seu chamamento deve ir além de Israel, ao universo, à totalidade dos povos, cuja simbologia é marcada pela presença dos prosélitos chegados de todas regiões do mundo. Ela nasce como Igreja católica local, católica em seu lugar, que é um lugar onde se realiza o desígnio divino para a totalidade dos homens<sup>81</sup>.

Entretanto, a Igreja de Jerusalém não era a Igreja universal no sentido atual desta expressão, ou seja, dado que no Pentecostes não havia outras Igrejas que fossem diversas dela mesma. Ela era uma Igreja de Jesus Cristo onde a universalidade e a particularidade estavam concentradas de uma forma única e diferente do modo posterior de se realizar na história como universal. Ela desenvolveu a sua universalidade na forma das Igrejas particulares que depois surgiriam a partir dela. As Igrejas que surgiam posteriormente no sentido temporal

---

<sup>80</sup> Cf. J.-M. R. TILLARD, *La Iglesia local: eclesiología de comunión y catolicidade* (Salamanca: Sigueme 1999) 67-68,73.

<sup>81</sup> Cf. J.-M. R. TILLARD, *La Iglesia local*, 41-42.

começam existir como a comunhão de Igrejas presididas pelo Colégio Apostólico<sup>82</sup>.

É necessário sublinhar que, por um lado a Igreja particular conserva sempre a sua distância respeito do lugar, porque não se identifica com ele. É um espaço humano. Não todos os cidadãos do lugar são Igreja, e por isso se cria o espaço para a missão, o anúncio e a evangelização. Por outro lado, a particularidade do lugar configura a diferença própria de cada Igreja<sup>83</sup>. Neste sentido J.-M.R. Tillard dizia que as Igrejas nasceram apresentando cada uma delas um traço diferente, acentuando em aspetos diferentes da salvação, confessando a Cristo com o apoio em diversas correntes da esperança de Israel, fixando as observâncias diferentes, organizando-se de várias maneiras. Não podemos pensar na difusão dum modelo imposto por uma espécie de via autoritária<sup>84</sup>.

A Igreja universal é a comunhão das Igrejas particulares onde existe a única Igreja de Cristo. Esta comunhão consiste na celebração da Eucaristia com a mesma fé, porque partilhamos do mesmo pão e do mesmo cálice, formando o Corpo Místico de Cristo, no qual fomos inseridos pelo único Batismo<sup>85</sup>. Por isso ela é universal. Em cada Igreja particular está a Igreja Universal de Jesus Cristo, que por sua vez existe devido às Igrejas particulares. A LG 23 descreve esta relação: *«a Igreja particular formada à Imagem da Igreja universal: em todas e de todas as Igrejas particulares resulta a Igreja católica una e única»*.

---

<sup>82</sup> Cf. J. R. VILLAR, *A Encíclica «Fidei Donum»*, 30.

<sup>83</sup> Cf. E. BUENO DE LA FUENTE, *Eclesiologia*, 100.

<sup>84</sup> J.-M. R. TILLARD, *La Iglesia local*, 36-37.

<sup>85</sup> Cf. E. BUENO DE LA FUENTE, *Eclesiologia*, 102.

### **2.5.2. A dimensão universal do ministério presbiteral.**

A consciência da universalidade da Igreja é um aspeto indispensável para a compreensão da identidade missionária do ministério presbiteral. Abrir o ministério sacerdotal à Igreja universal não significa apenas estar aberto às fronteiras geográficas da Igreja, mas antes de mais significa realizar o seu sentido ontológico-pragmático, pôr em prática a natureza do sacerdócio de Cristo, servindo deste modo a todo povo de Deus segundo o seu mandamento (Mt 28,18-20).

O presbítero participa da missão pastoral de Cristo e da própria missão do Colégio episcopal, presidido pelo Papa. O sacramento da Ordem incorpora o presbítero ao Colégio pastoral e faz do ordenado solidário da missão salvadora de Cristo e da herança da sucessão apostólica. Deste modo o sacerdote é participante do trabalho colegial missionário universal da Igreja<sup>86</sup>. O Colégio pastoral que realiza a missão da Igreja concretiza-se no ministério episcopal, como o ministério continuador do ministério apostólico (cf. LG 20-21), e no ministério presbiteral como o ministério colaborador do ministério episcopal em virtude da sua ordenação sacramental (cf. PO 1-2).

Então, o presbiterado entende-se em função do Colégio episcopal, e o primeiro efeito da ordenação sacramental consiste na incorporação do presbítero no *Ordo presbyterorum* unida ao Colégio episcopal, por si já universal. A Ordenação sacramental não incardina primeiro num determinado presbitério local, mas sim no *Ordo presbyterorum* universal, e só num segundo momento no

---

<sup>86</sup> Cf. M. A. MARTIN, *Distribución de Presbiteros*, 308.

presbitério da Igreja local. Esta consequência que é da ordem teológica e não cronológica resulta evidente. Bastaria pensar que se a ordenação presbiteral tivesse como o primeiro efeito a incorporação num presbitério local, a passagem de um presbítero de uma Igreja para outra comportaria a sua “reordenação”. Analogamente se o primeiro efeito do batismo fosse a incorporação numa determinada Igreja local a passagem para outra comportaria a sua “rebatização”, o que é impossível<sup>87</sup>.

*«Na cura de almas têm o primeiro lugar os sacerdotes diocesanos, visto estarem incardinados ou ligados a uma Igreja particular e consagrarem-se plenamente ao seu serviço, para apascentarem uma parte do rebanho do Senhor, constituem, pois, um único presbitério e uma única família, cujo pai é o Bispo»* (ChD 28). Falando deste modo sobre a “*consagração plena*” à sua diocese, é lícito perguntarmos se a doutrina do Concílio Vaticano II reconhece o exclusivismo diocesano dos presbíteros?

O próprio Concílio oferece-nos dados suficientes para responder que a incardinção não exclui a abertura do sacerdócio ministerial à Igreja universal. Neste sentido o PO 10 é claro: *«o dom espiritual que os sacerdotes recebem na ordenação não os prepara para uma restrita e determinada missão, mas para a amplíssima e universal missão da salvação até aos confins da terra»*, - *«todo o ministério sacerdotal... destina-se necessariamente a todos os povos e a todos os tempos, e não é coarctado por qualquer limite de sangue, de nação ou de idade»*.

---

<sup>87</sup> Cf. J. R. VILLAR, *A Encíclica «Fidei Donum»*, 32-33.

A vinculação dos presbíteros às Igrejas particulares (Diocese) é uma medida administrativa do bom governo. Para a sua formação, para a realização do seu apostolado, para a sua proteção e a defesa necessita que um bispo os atenda pessoalmente. Mas esta vinculação não pode ser exclusiva. Caso haja uma necessidade, os presbíteros podem destinar-se a uma Diocese ou até a outro país<sup>88</sup>, porque uma Diocese sempre é um território geográfico, onde o presbítero é chamado realizar a pastoral da Igreja, cujo espaço é o espaço humano. Faremos a distinção entre o território geográfico e humano da Igreja<sup>89</sup>. O presbítero vive e tem uma missão específica numa determinada diocese à qual é vinculado pela incardinação. Neste território geográfico ele realiza a sua missão do sacerdote à imagem de Cristo para servir a Igreja, o Povo de Deus, cujo território, como já referimos, é o espaço humano. Portanto, o sacerdote simultaneamente está ao serviço da Igreja diocesana, a qual pertencem os fiéis que se encontram no seu território, e ao serviço das outras pessoas que não pertencem ao território da sua jurisdição. À este espaço humano se destina ontologicamente o ministério presbiteral, que lhe abre a Igreja Universal, ao cujo serviço encontram-se vinculados pela natureza do seu sacerdócio (cf. PO 10).

O sacerdócio ministerial presta o serviço numa Igreja local, pertencendo a um presbitério no qual o bispo, presbíteros e diáconos estão ao serviço do Povo de Deus. A Igreja local é uma concretização da Igreja universal na qual existe uma

---

<sup>88</sup> Cf. E. TARANCÓN, *El sacerdocio a la luz del Concilio Vaticano II* (Salamanca: Sigueme 1967) 111.

<sup>89</sup> Cf. N. M. SILVA, *Identidade e espiritualidade do padre diocesano: território da missão do padre diocesano na Igreja*, sob orientação de António Abel Canavarro (Porto: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia 2010) 41-43.

missão de abraçar todos os homens. Um carisma é a propriedade de todo o Povo de Deus. O serviço ministerial do sacerdote corresponde a uma graça recebida para o bem de toda a Igreja e de toda a humanidade<sup>90</sup>.

Os presbíteros são verdadeiros representantes de Cristo e atuam em Seu nome e com Seu poder. Este facto vincula-os vital e pastoralmente aos problemas, necessidades e exigências da Igreja universal. Os problemas de América ou de África são os problemas da Igreja, são os problemas do sacerdote ordenado ao serviço do Povo de Deus<sup>91</sup>.

Não existe, portanto, nenhuma contradição entre a Igreja universal e a Igreja Diocesana. Ser limitado pelas fronteiras diocesanas, fechar-se na sua geografia, significaria um certo indiferentismo Àquele que designou salvar o mundo, enviando os seus até aos confins do mundo. Deste modo o presbítero afastar-se-ia da própria participação na missão evangelizadora universal<sup>92</sup> que, naturalmente, se concretiza numa Igreja particular.

## **2.6. O sacerdote é um missionário**

Se Cristo é o missionário do Pai, e a Igreja, por ser o seu sacramento, é a missionária de Cristo, o sacerdote é o missionário de Cristo e da Igreja<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> B. J. ESQUERDA, *Teologia del sacerdotio: el sacerdote ministro de la Iglesia* (Burgos: Ediciones Aldecoa S.A. 1971) 169.

<sup>91</sup> Cf. E. TARANCÓN, *El sacerdotio*, 112.

<sup>92</sup> Cf. B. FORTE, *Sobre o sacerdotio ministerial* (Lisboa: Ed. Paulistas 1993) 44.

<sup>93</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 259.

Segundo a *Lumen Gentium*, o principal dever da missão do ministério episcopal é a pregação do Evangelho. Dotados da autoridade de Cristo e em comunhão com o Romano Pontífice, são os doutores da fé da Igreja e pregam a fé autêntica ao rebanho que lhes está confiado (cf. LG 25) por serem sucessores dos Apóstolos, a quem Cristo santificou e fez participantes da Sua consagração e missão (cf. LG 28).

Os presbíteros, como cooperadores da Ordem episcopal chamados para o serviço do povo de Deus, constituem com o seu Bispo um presbitério, com diversas funções, de modo que em cada comunidade tornam presente o seu Bispo, cujos encargos e solitudes assumem, segundo a própria medida. Ministério dos sacerdotes, enquanto unidos à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo edifica, santifica e governa o seu Corpo (cf. PO 2). Por isso, o dever principal do seu ministério, como o de Bispo, é anunciar o Evangelho. É pela palavra da salvação que a fé chega ao coração do homem, por isso, o Povo de Deus, antes de mais, se reúne pela palavra de Deus vivo (cf. PO 4).

A dimensão missionária do ministério presbiteral, da sua consagração e do seu serviço em favor dos seus irmãos deve expressar-se na sua atividade pastoral. Os presbíteros devem organizar a sua cura pastoral de tal modo que ele chegue não só aos cristãos que lhe foram confiados pelo seu Bispo, mas também aos não cristãos, conservando a fidelidade ao interesse vivo pela evangelização do mundo

através dos vários métodos possíveis: a catequese, a pregação, o anúncio aos gentios<sup>94</sup>.

O sacerdócio de Cristo pode ser visto sob diversas perspectivas: *plantatio ecclesiae, in persona Christi*<sup>95</sup>, todavia, a referência à missionariedade do presbítero é indispensável para a teologia da identidade do sacerdócio de Cristo. A identidade sacerdotal fica incompleta se não inclui a dimensão missionária<sup>96</sup>.

Como já referimos, o sacerdote é ministro da Igreja sacramento, que prolonga na história Cristo e a sua missão. Esta Igreja pela sua natureza sacramental é missionária, e o seu ministério é missionário, cuja primeira finalidade consiste em, através da palavra, congregar o Povo de Deus (cf. PO 4). Por isso o sacerdote não só deve ter a solicitude pela sua paróquia ou comunidade, mas também a preocupação pela toda Igreja universal.

Se o sacerdócio é visto como a representação sacramental de Cristo na história (*in persona Christi*) então, representa Cristo como o missionário e o enviado do Pai, que veio para anunciar a «Boa Nova» a toda humanidade e que consagrou a sua vida terrena ao anúncio do evangelho.

O ministério sacerdotal encontra a sua identidade em Cristo, Cabeça e Pastor. Por isso, recebendo de Cristo, através do Espírito Santo, o dom do sacerdócio, ontologicamente falando, o candidato recebe com a ordenação

---

<sup>94</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 263.

<sup>95</sup> Cf. M. P. CUÉLLAR, *Llamados a servir: teologia del sacerdocio ministerial* (Barcelona: Herder 2001) 365-376.

<sup>96</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 268.

sacramental a solicitude de Cristo pelo anúncio do Evangelho a toda a criatura: «ide e anunciai a toda gente». Mesmo por isso o Concílio Vaticano II afirma: «*o dom espiritual que os sacerdotes receberam na ordenação não os prepara para uma restrita e determinada missão, mas para a amplíssima e universal missão da salvação até aos confins da terra*» (PO 10).

O sacerdócio é essencialmente missionário<sup>97</sup> porque participa na natureza do sacerdócio de Cristo. Por isso, cada presbítero diocesano ou cada padre religioso, exercendo o seu sagrado múnus, é um missionário, enviado por Cristo para continuar a Sua obra anunciadora e salvadora no mundo. E esta dimensão missionária da sua identidade sacerdotal não pode ser isolada ou limitada pelo território geográfico ou canónico da sua paróquia, diocese, Instituto religioso ou Congregação. Abrir-se à Igreja universal, ter a solicitude por ela, significa realizar integralmente a missão confiada por Cristo na ordenação sacramental. O sacerdote, então, é o missionário à maneira de Cristo: como Cristo, assim o presbítero deve ser, em virtude da sua ordenação, o «missionário pelo mundo»<sup>98</sup>.

### Conclusão

Neste segundo capítulo estudámos, de modo particular, a natureza do sacerdócio ministerial na sua dimensão missionária. Tal como o sacerdócio de Cristo se destina ao serviço de toda humanidade, assim o sacerdócio ministerial não se pode limitar às fronteiras geográficas, mas deve abrir-se ao serviço e às necessidades de toda Igreja, nomeadamente nas circunstâncias actuais de

---

<sup>97</sup> Cf. J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 240.

<sup>98</sup> J. S. MARTINS, *Il sacerdozio ministeriale*, 269.

descristianização, secularização e de indiferença pelo sagrado e espiritual. Neste sentido o terceiro capítulo que vamos estudar, ajudar-nos-á compreender melhor essa temática.

## Capítulo Terceiro

### De uma pastoral de cristandade a uma pastoral missionária

A missão da Igreja desenvolve-se principalmente em dois âmbitos: *ad gentes*, e no seio da Igreja, entre os batizados. Sem deixar de olhar para os horizontes da missão *ad gentes* à qual se destina pela sua natureza, a Igreja preocupa-se também com os seus membros, sujeitos cada vez mais às grandes transformações sócio-culturais dos últimos decénios. A Igreja é convidada a repensar a sua actividade pastoral tendo em conta as realidades atuais. Como agentes diretos da pastoral da Igreja, os presbíteros também são convidados a participar na solicitude da Igreja. A evangelização missionária *ad intra* tornou-se uma necessidade e uma urgência à qual dedicamos este terceiro e último capítulo do nosso estudo.

#### 3.1. A pastoral de cristandade

Tradicionalmente a Igreja atuou e se compreendeu num mundo sociologicamente cristão. Quando a Igreja tinha grande peso na sociedade, este facto propiciava uma adesão enorme ao seu seio, ao menos sociologicamente falando. O peso específico que a Igreja tinha no mundo originou uma cultura cristã, que transmitia elementos e valores da fé àqueles que viviam nela. O homem encontrava-se no ambiente da Igreja, por isso supunha-se que ele tinha

recebido os valores desta fé. Devido a esta cultura, que transmitia os conteúdos mais importantes da fé e que, por sua vez, facilitava a ação pastoral, não se sentia com tanta urgência a tarefa da evangelização, pelo menos nos espaços tradicionalmente cristãos. Nestas circunstâncias o mais fundamental da pastoral era a celebração da fé, isto é, o culto sacramental, que tinha a paróquia como plataforma da sua realização. E todos outros modos de ação pastoral – a catequese, a homilia, os exercícios espirituais, e inclusive a comunidade – eram entendidos como ações postas ao serviço e em função da pastoral sacramental<sup>99</sup>, que não se dirige diretamente aos descrentes e aos que vivem desligados da comunidade cristã, mas aos cristãos com o sentido mais profundo da sua fé e da comunidade cristã<sup>100</sup>.

A adesão ao cristianismo era confiada aos processos sociológico-culturais que, como nos parece, nunca tinham sido eficazes para uma cristianização qualitativamente efetiva. O processo da cristianização em muitas das vezes se devia à relação estreita entre o Estado e a própria Igreja, no caso extremo o cristianismo se tinha convertido em religião do Estado, de modo que se chegava a confundir a nacionalidade com a condição de cristão. Este facto conduzia a um unanimismo religioso e cristão que se limitava, pela essência, no seu nível

---

<sup>99</sup> Cf. J. A. RAMOS, *Teologia pastoral* (Madrid: BAC 1999) 127-129.

<sup>100</sup> Cf. J. A. PAGOLA, *Acción pastoral para una nueva evangelización* (Santander: Sal Terrae 1991) 234-235.

superficial, isto é, o homem tornava-se cristão sem que isso fosse o resultado de uma opção livre, o fruto da sua conversão<sup>101</sup>.

### 3.2. O contexto actual

Existem vários estudos e dados que permitem afirmar que a incredibilidade não é um fenómeno somente actual, mas é uma realidade que acompanhou a toda história da humanidade. Todavia, este fenómeno, tal como se apresenta agora nos países da tradição cristã antiga, contém uma série de rasgos que lhe conferem uma serie de novidades. Um dos seus rasgos mais destacáveis é o seu carater «*massivo*»<sup>102</sup>.

O mundo em que estamos a viver é marcado pela secularização da sociedade, que se degenerou em secularismo e que se infiltrou nas instituições até se tornar, nos nossos dias, cultura e comportamento das massas. O secularismo significa desinteresse pela religião cristã, que não pode ter nenhuma voz quando se fala da vida privada, pública ou social. O mundo secularizado considera-se como «adulto» e que já não precisa de Deus<sup>103</sup>. Ela é o fruto de episódios e movimentos sociais e de pensamento que marcaram em profundidade a história e a identidade. A secularização apresenta-se hoje nas nossas culturas sob imagem positiva da libertação, da possibilidade de imaginar a vida do mundo sem a referência à transcendência. É verdade que nos últimos anos a influência da

---

<sup>101</sup> Cf. J. M. VELASCO, *Increencia e evangelización: del diálogo al testimonio* (Santander: Sal Terrae 1988) 178-179.

<sup>102</sup> Cf. J. M. VELASCO, *Increencia e evangelización*, 21, 23.

<sup>103</sup> Cf. R. FISICELLA, *A nova evangelização: um desafio para sair da indiferença* (Lisboa: Paulus 2012) 36-37.

secularização assumiu um tom mais débil: já não se verifica tanto a forma pública dos discursos contra Deus, a religião, e o cristianismo. No entanto, este fator atrativo e sedutor permitiu à secularização entrar na vida das comunidades eclesiais. Por isso, o risco de perder os elementos essenciais da fé continua ser elevado<sup>104</sup>.

Antes de mais um dos objetivos do secularismo é a tentativa de obter a plena autonomia. O homem contemporâneo está fortemente caracterizado pelo cultivo da sua própria independência e pela responsabilidade da sua vida pessoal. Perdendo a relação com a transcendência e recusando toda a contemplação espiritual, precipita-se numa espécie de empirismo pragmático que o leva a dar maior valor aos factos e não às ideias. Por isso, o processo de secularismo contemporâneo gerou uma explosão de reivindicações de liberdade individual que toca na esfera da vida sexual, das relações interpessoais e familiares, das atividades do tempo livre, sem esquecer as laborais. Neste contexto cria-se uma situação nova onde o homem, em vez de Deus, veio ocupar o lugar central da sua vida, vivendo-a como se Deus não existisse<sup>105</sup>.

O homem de hoje perdeu o sentido de Deus e é marcado pelas várias formas da incredulidade: agnosticismo nas suas várias formas (positivo, científico), desespero, incredulidade como a resposta ao mal, o narcisismo etc. Uma das mais fortes formas da incredulidade é o indiferentismo em matéria religiosa que constitui um grau mais elevado do afastamento, que não se baseia nem na dúvida

---

<sup>104</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris*, nº 52-53, 90-91.

<sup>105</sup> Cf. R. FISICELLA, *A nova evangelização*, 37-39.

nem na afirmação. Os indiferentes não afirmam, não negam, não fazem duvidar. É um sistema da ignorância total dos valores da fé, um desinteresse por Deus e pela dimensão religiosa da existência<sup>106</sup>.

Estas várias formas do afastamento da fé que grassam no mundo atual, constituem um desafio muito sério para a Igreja e para sua pastoral, que é chamada à promoção da liberdade do homem<sup>107</sup> transformando-o a partir de dentro<sup>108</sup>. Perante tal estado das coisas, a Igreja é chamada a trazer Deus ao homem contemporâneo. É um desafio que é lançado à Igreja no contexto totalmente distinto do da cristandade, onde toda a pastoral da Igreja deve ser orientada para o enfrentar.

Podemos resumir a três, os desafios da Igreja do nosso tempo para a sua pastoral que são vistos a partir da cultura ocidental<sup>109</sup>:

### ***3.2.1. A secularização e a cultura do vazio***

A secularização e a cultura do vazio baseiam-se no pensamento filosófico niilista, que tendo origem no filósofo alemão F. Nietzsche (e que viveu no séc. XIX), tem merecido especial atenção nos tempos mais recentes, na forma do «pensamento débil» e da «razão frágil» e que de um modo geral se caracteriza por desacreditar nas possibilidades de a razão humana alcançar a verdade. É o que de

---

<sup>106</sup> Cf. J. M. VELASCO, *Increencia e evangelización*, 41-61.

<sup>107</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 39, in AAS 83 (1991) 286-287.

<sup>108</sup> Cf. PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 18, in AAS 68 (1976) 17-18.

<sup>109</sup> Cf. G. AMENGUAL, *La evangelización como forma de vida*, in M. R. CANALS, *Evangelización y misión: retos actuales del sueño inacabado de San Francisco Javier* (Bilbao: Universidade de Deusto 2006) 148-150.

um modo global se entende por «pós-modernismo» e que influencia ou mesmo determina em grande medida a nossa cultura. O pensamento niilista, de facto, é uma corrente filosófica hoje muito cultivada e que exerce uma enorme influência na nossa cultura<sup>110</sup>.

No que diz respeito à secularização, como processo de afirmação da autonomia das realidades do mundo a respeito da esfera do religioso em geral e da Igreja em particular, actualmente é um fenómeno de «segunda geração», ou seja, daquela geração de pessoas que colhe os resultados do processo de autonomização dos pensadores que em primeiro lugar chamaram a atenção para isso, como característica geral dos tempos modernos.

A primeira «secularização» podemos dizer que se apropriou de maneira racional das fontes do sentido que a religião em geral e o cristianismo em particular oferecia. Assim surgiu a filosofia da história como forma «secularizada» da teologia da história da salvação, com a atenção dada às diversas filosofias do progresso, do mundo, do trabalho, numa visão claramente imanentista do sentido e do desenvolvimento da existência humana. O niilismo pós-moderno está relacionado com o tema do vazio cultural e da «morte de Deus», da capitulação e da desistência perante as grandes perguntas. A consequência deste fenómeno é uma sociedade que perde o sentido da memória sem referências ao passado, que se concentra no «presente» fechado em si mesmo e nos seus valores.

---

<sup>110</sup> Cf. G. VATTIMO, *O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna* (Lisboa: Presença 1987).

O magistério pontifício mais recente tem reagido contra este estado de descrença nas potencialidades da razão, convidando o homem contemporâneo e muito particularmente os filósofos a não desistirem da procura da verdade, no pressuposto de que se dá uma relação de interioridade entre a razão e a verdade, pois a razão é a capacidade de procura e de encontro com a verdade. Este foi o contributo decisivo da encíclica *Fides et ratio* do Papa Beato João Paulo II, publicada no dia 14 de Setembro de 1998<sup>111</sup>.

### ***3.2.2. O desgaste do cristianismo***

O cristianismo muitas das vezes é considerado como algo do passado, já conhecido, como um valor desgastado, desvalorizado. Muitas vezes luta-se por libertar-se dele, sendo mesmo com frequência apresentado como personificação de tudo o que há de pior na nossa cultura, denunciando no cristianismo a raiz do mal sócio-cultural.

### ***3.2.3. A ausência do apoio político-social***

Os dois primeiros desafios constituem mais um, o terceiro. O cristianismo perde cada vez mais notavelmente os apoios institucionais, culturais, sociais, com os quais contava anteriormente. Se antes a fé era vivida num ambiente cultural religioso, hoje em dia o seu ambiente é o da indiferença. A fé já não é transmitida com o favorecimento do poder do homem, mas há-de transmitir-se pela sua força expansiva, pela sua vitalidade.

---

<sup>111</sup> Cf. J. FARIAS, *A evocação da encíclica «Fides et Ratio». Elementos para uma teologia do futuro*, in CASSIANO REIMÃO (Org.), *O Círculo Hermenêutico entre a fé e a razão* (Lisboa: UCE 2004) 165-172.

### 3.3. A Evangelização – missão universal da Igreja.

«Evangelizar para a Igreja é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade»<sup>112</sup>.

A missão de Cristo consistiu em trazer a Boa Nova do Reino a todos os homens<sup>113</sup>, uma notícia capaz de transformar este mundo e abrir-lhe uma esperança da plenitude com o anúncio da paternidade de Deus que a Igreja, instituída por Cristo, a Luz do mundo, vive para continuar este anúncio no meio deste mundo. «A Igreja, enviada por Deus a todos os homens, para ser o sacramento universal da salvação, por exigência íntima da sua catolicidade e obedecendo ao mandato do seu Fundador, esforça-se por anunciar o Evangelho a todos os homens» (AG 1). A Igreja, pois, permanece no mundo para continuar a missão evangelizadora de Jesus, sabendo bem que fazendo deste modo, continua a participar da condição divina, porque enviada pelo Espírito Santo a anunciar o Evangelho ao mundo, revive em si mesma a presença de Cristo ressuscitado que a coloca em comunhão com Deus-Pai<sup>114</sup>.

Jesus Cristo é o primeiro evangelizador e o conteúdo da evangelização<sup>115</sup>. É o primeiro evangelizador, porque traz ao mundo, com a sua missão, a Boa Nova do Pai, e, por ser o «*Evangelho de Deus*», é o conteúdo central da evangelização,

---

<sup>112</sup> PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 18, in AAS 68 (1976) 17.

<sup>113</sup> Cf. PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 6, in AAS 68 (1976) 9.

<sup>114</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris* n° 27, 70-71.

<sup>115</sup> Cf. PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 7, in AAS 68 (1976) 9.

porque no Mistério Pascal se cumpre a obra da redenção da humanidade. E como a Igreja é o sacramento de Cristo na história, isto é, prosseguindo no tempo e no espaço a mesma missão do Senhor Ressuscitado, ela é chamada a anunciar esta notícia transformante e salvadora a todos os povos, de modo que a evangelização constitui a essência da missão da Igreja, a sua natureza, onde o Cristo é o conteúdo e o objetivo primordial desta missão, de maneira que a missão da Igreja é a própria missão de Cristo.

Ao respeito disso J. S. Martins afirmava: *«cada ser tende, pela sua natureza, para a plena realização de si mesmo, a ser plenamente aquilo que ele é, a exprimir completamente a sua própria essência. Trata-se duma lei natural, válida para cada ser, quer seja físico, quer moral. Também a Igreja, portanto, enquanto a comunidade de salvação, tende a ser plenamente tal, a exprimir-se completamente enquanto a comunidade salvífica. Ora, a Igreja faz isto através da evangelização»*<sup>116</sup>.

A meta do Evangelho que a Igreja anuncia consiste na força transformadora do mundo. Ser evangelizado significa uma conversão a partir do interior, uma mudança da vida que inclui obrigatoriamente o compromisso com o Anunciado: *«A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e*

---

<sup>116</sup> J. S. MARTINS, *Ide e anunciai*, 127-128.

*coletiva dos homens, a actividade em que eles se aplicam, a vida e o meio concreto que lhes são próprios»<sup>117</sup>.*

A ação evangelizadora da Igreja tem uma dimensão universal que não nasce de um desejo da vontade de Jesus, nem muito menos da vontade dos discípulos. Em Cristo o próprio Deus encarnou querendo partilhar a história do homem oferecendo a toda humanidade a possibilidade da salvação definitiva. A Igreja, por isso, não tem outra missão senão estender o evangelho do Reino de Deus até as extremidades, inaugurado por Cristo Ressuscitado. Sendo o desígnio do Mistério de Deus, a evangelização não é só um assunto dos responsáveis pela missão da Igreja, mas também de todos aqueles que já participam neste mistério da salvação que é a Igreja<sup>118</sup>, é um compromisso de toda a Igreja. Por isso, a evangelização em direção das extremidades constitui para ela um dever, porque cada pessoa tem direito de ouvir a palavra do Evangelho, que é um dom gratuitamente oferecido por Deus para a salvação do homem.

### **3.4. A nova evangelização**

De acordo com a *Redemptoris Missio* a evangelização, a missão da Igreja, em relação com os seus destinatários, percebe-se de três maneiras: a missão *ad gentes* com os não cristãos, a ação pastoral (cuidado pastoral) com os cristãos, e a

---

<sup>117</sup> PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 18, in AAS 68 (1976) 17-18.

<sup>118</sup> Cf. J. A. PAGOLA, *Acción pastoral para una nueva evangelización*, (Santander: Sal Terrae 1991) 272-275.

«nova evangelização» com os batizados que não chegaram a conhecer Cristo<sup>119</sup>. São três campos da missão profética da Igreja cujo elemento constitutivo e fundamental é a palavra de Deus e cuja finalidade é despertar a fé e a progressão nela.

O Papa Bento XVI proclamou o ano pastoral 2012-2013 como o Ano da Fé. A fé é apresentada como uma porta que «*introduz na vida de comunhão com Deus e permite a entrada na sua Igreja, que está sempre aberta para nós*»<sup>120</sup>. A Igreja nunca impõe a sua fé, mas sempre a propõe corajosamente, com amor e respeito da liberdade, para fazer chegar livremente o homem ao mistério de amor e de comunhão. Esta fé, como início da comunhão com Deus nasce, segundo S. Paulo, do anúncio de Jesus Cristo (cf. Rom 10,14-15), por isso a salvação é uma resposta pessoal e livre da fé de cada fiel a esse anúncio. Para a Igreja, viver é fazer este anúncio, proclamar que só em Jesus Cristo se encontra a plenitude da salvação: «*ninguém vai ao Pai senão por mim*» (Jo 14,6).

A evangelização da Igreja, como já vimos, emerge da própria natureza missionária da mesma, enviada anunciar a Boa Nova a toda a gente. A sua essência missionária reside em que todos os homens independentemente da época em que viviam, tenham direito de conhecer a Cristo, de escutar a sua palavra transformadora, libertadora e salvadora, para poderem entrar na comunhão com Ele e alcançarem a salvação. A universalidade da salvação trazida por Cristo constitui a substância do mistério da Redenção e a essência da Igreja, que

---

<sup>119</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 33, in AAS 83 (1991) 278-279

<sup>120</sup> BENTO XVI, *A porta da fé* n° 1, in *Ano da Fé 2012-2013* (Fátima: Difusora Bíblica 2012) 8.

prolonga o Ressuscitado na história. O direito da humanidade à salvação constitui o dever primordial para a Igreja, que ao longo da sua existência é chamada a realizar o direito à salvação universal.

Toda a pessoa tem o direito de ouvir o Evangelho de Deus para o homem, que é Jesus Cristo. Tal como a Samaritana no poço, também a humanidade de hoje tem necessidade de escutar a palavra de Jesus para que ela faça emergir o desejo profundo de salvação que se encontra em cada homem<sup>121</sup>. Para cumprir a tal missão a Igreja serve-se da sua actividade pastoral, que dependendo das circunstâncias e das distintas condições, usufrui vários métodos e pedagogias para chegar ao cumprimento da mesma.

O mundo, a partir da época pós-conciliar, foi o sujeito das grandes mudanças e transformações, quer sociológicas, quer religiosas: a indigenização da missão, a descristianização, o surgimento do Terceiro Mundo, a descolonização etc. A mais significativa mudança para a Igreja da tradição antiga foi a secularização, cujo efeito foi a indiferença total pela religião. A Igreja neste novo contexto devia dar a sua resposta ao mundo, que não é indiferente para ela, refletindo e repensando a sua pastoral contemporânea e atual. E nisso reside a «novidade» do Evangelho, que vai enfrentar-se com os desafios novos, dividido a um novo projeto da pastoral da Igreja universal chamado a «*nova evangelização*» que pretende de dar um novo impulso a vocação evangelizadora da Igreja. Por isso «nas atuais circunstâncias do panorama mundial, renova-se a urgência

---

<sup>121</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris* n° 33, 74-75.

missionária, não somente “*ad gentes*“, mas também no interior do próprio rebanho, já constituído como Igreja»<sup>122</sup>.

O mandato missionário que a Igreja recebeu do Senhor assumiu ao longo da história humana formas e modalidades sempre novas, segundo os lugares, as situações e os momentos históricos, isto é, a Igreja para cumprir o seu dever missionário perante o mundo sempre utilizou no processo da evangelização os métodos diferentes, de acordo com o contexto em que pretendia evangelizar. Atualmente o anúncio do Evangelho é muito mais complexo do que no passado, mas a tarefa confiada à Igreja permanece igual<sup>123</sup>. E como uma resposta da parte da Igreja ao mundo contemporâneo surge o conceito da «nova evangelização».

A «nova evangelização» não é algo alternativo ou paralelo ao ensino e à ação propostos pela Igreja desde o seu início, não é um novo evangelho, ou uma nova doutrina, mas sim, uma nova metodologia, ou uma modalidade da pastoral da Igreja<sup>124</sup>, que tem em conta o contexto em que se encontra a Igreja e a sociedade. Por isso, a «novidade» da «nova evangelização» não consiste em ser «nova», como se fosse a segunda evangelização, a posterior no sentido cronológico. É a mesma evangelização da Igreja que prega o único do Evangelho de Jesus Cristo Salvador. O que está em jogo é a diferença entre o antigo e envelhecido que já não serve, e o «novo», que invalida, substitui, abandona o

---

<sup>122</sup> ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A identidade do presbítero na Igreja* n° 2.

<sup>123</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris* n° 41, 83.

<sup>124</sup> Cf. R. FISICELLA, *A nova evangelização*, 75-76.

anterior na sua continuidade<sup>125</sup>. Por isso, a expressão a «nova evangelização» não é uma questão da fé da Igreja, mas é uma realidade que diz respeito ao método, dividido ao qual o evangelho chegaria ao homem contemporâneo. Dito de outra maneira é uma questão de «como» e não de «quê». «*O problema do "como evangelizar" apresenta-se sempre atual, porque as maneiras de o fazer variam em conformidade com as diversas circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura, e lançam, por isso mesmo, um desafio em certo modo à nossa capacidade de descobrir e de adaptar*»<sup>126</sup>.

Segundo já referimos o contexto da Igreja condiciona, na sua globalidade, os três modelos da ação pastoral: a missão *ad gentes*, o cuidado pastoral dos fiéis, e a «nova evangelização». São os três modelos causados pelas diferentes circunstâncias em que se desenvolve a missão da Igreja e constituem uma exigência vital para a existência da Igreja. Entre o primeiro e terceiro modelo existe uma coisa em comum – a realidade humana não chegou a conhecer a Cristo, que é o único salvador de todos os homens, o único capaz de revelar e de reconduzir a Deus: «*Ninguém vai ao Pai se não por Mim*» (Jo 14,6)<sup>127</sup>.

Por isso, para trazer as pessoas ao seio do Pai, a Igreja deve anunciar a Cristo àqueles que não ouviram falar d'Ele, ou, por diferentes motivos, não continuaram a sua caminhada na fé depois de ter sido batizadas, para que, depois de receberem o seu “primeiro” anúncio, poderem aderir a Cristo e entrar na comunidade eclesial e assim alcançar a salvação. Para alcançar tal objetivo a

---

<sup>125</sup> Cf. L. RUBIO, *Nuevas vocaciones para un mundo nuevo* (Salamanca: Sigume 2002) 26.

<sup>126</sup> PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 40, in AAS 68 (1976) 31.

<sup>127</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio* n° 5, in AAS 83 (1991) 253- 254.

Igreja contemporânea, tendo em conta o seu contexto secularizado atual, é convidada a enfrentar essa realidade, que constitui um verdadeiro desafio dos dias de hoje, utilizando na sua ação os modelos pastorais já conferidos pela prática e a experiência da Igreja. As circunstâncias atuais levam a própria Igreja a repensar na sua atividade pastoral no contexto da secularização das Igrejas da antiga tradição, mudando a pedagogia de atuação da pastoral da cristandade para a pastoral missionária.

Em resumo podemos definir a «nova evangelização» - *é a capacidade da Igreja em viver de modo renovado a própria experiência comunitária de fé e de anúncio, num contexto de novas situações culturais que despontaram nestes últimos decénios*<sup>128</sup>. Tendo em conta que a questão da «nova evangelização» é um assunto da pastoral da Igreja podemos afirmar que «as circunstâncias atuais revelam a urgência e a necessidade de uma profunda disponibilidade dos presbíteros, que não estejam só prontos a mudar de encargo pastoral, mas também de cidade, região ou país, conforme as necessidades, e de assumir aquela missão que em cada circunstância seja necessária, indo, por amor a Deus, para além dos gostos e projetos pessoais. Pela própria natureza de seu ministério, devem estar imbuídos e animados de um profundo espírito missionário e daquele espírito verdadeiramente católico que os habitue a olhar para além dos confins da própria

---

<sup>128</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris* n° 47, 87.

diocese, nação ou rito, e ir ao encontro das necessidades da Igreja inteira, prontos, em seu ânimo, a pregar o Evangelho em todo lugar»<sup>129</sup>.

### **3.5. As exigências da pastoral missionária**<sup>130</sup>

A ação missionária, isto é, o anúncio do mistério de Cristo Ressuscitado, que constitui um dever para a Igreja, deve aplicar um certo método para fazer chegar o Evangelho a todas as pessoas. Este método não deve ser idêntico para a Igreja toda. Ele surge naturalmente, como uma determinada necessidade condicionada pelas circunstâncias em que se encontra a missão da Igreja. O contexto descristianizado em que se encontra a Igreja de hoje, não pode ser o motivo, de modo algum, para ela deixar de se esforçar para levar a salvação na sua totalidade às consciências das pessoas. Para a maior eficácia da implantação da fé em Cristo, e como consequência a adesão à comunidade cristã no contexto da época das «igrejas vazias», devem ser respeitadas, por parte dos responsáveis pela missão da Igreja, certas exigências pastorais.

#### ***3.5.1. Dirigir-se ao homem real***

Esta é a maior exigência da pastoral missionária, que na prática não resulta nada fácil. A este homem «real» não se pode encontrar senão na «realidade», na sua situação. O homem abstrato e ideal não existe. Certamente as pessoas têm muitas coisas em comum, porque vivem e viverão do que é universal e

---

<sup>129</sup> ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A identidade do presbítero na Igreja* nº5 §3.

<sup>130</sup> Este ponto vai basear-se na obra de J. B. MARAVAL, *Sacramentos y Evangelización* (Bilbao: Mensajero 1971) 209-238.

permanente na natureza humana. Todavia, tudo isto está influenciado por certas circunstâncias e condicionamentos. São as situações muito concretas que configuram o homem com tudo o que ele faz de positivo ou de negativo. Para falar ao mundo tem que se conhecer a sua linguagem, e para ser reconhecido pelos homens é necessário conhecê-los, ser dos seus. Por isso, a ação pastoral deve encaminhar-se para o homem real e concreto que está à procura do seu sentido da vida, procurando encontrar-lhe todas respostas às perguntas que a sua realidade existencial faria.

### ***3.5.2. Uma pastoral orientada para a evangelização e para a educação na fé***

O primeiro objetivo da Igreja deve ser a evangelização. Ela é a tarefa primordial da Igreja de todos os tempos, mas se impõe mais imperativamente no tempo atual. Se na época da cristandade a pastoral dispunha de meios abundantes para chegar as consciências das pessoas, no nosso mundo secularizado já não acontece isto. Por isso, toda a Igreja deve ter o empenhamento apostólico para a proclamação da palavra.

A evangelização é um processo que inclui uma comunicação, uma transmissão, uma determinada linguagem, que por sua vez constitui uma das grandes dificuldades da evangelização e da catequese. Trata-se de uma linguagem apta e habilitada para expressar claramente o conteúdo, ou, se for necessário, a razão da fé. O processo da evangelização não se pode dificultar pela linguagem

inacessível ou incompreensível. A pastoral deve encontrar para a fé as novas expressões para que possa ser mais inteligível para o homem de hoje<sup>131</sup>.

A evangelização não deve ser virada apenas para a transmissão explícita do conteúdo da fé, mas também para indicar os laços que existem entre a vida e a fé. Sem este laço a fé cristã não é autêntica nem verdadeira. É certo que a fé e a caridade são duas coisas distintas, no entanto, ela, se é recebida verdadeiramente, manifesta-se através das atitudes concretas que constituem a tecido da existência quotidiana do homem crente, que se deixa penetrar e transformar pela fé, porque *«para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização»*<sup>132</sup>.

### ***3.5.3. Uma pastoral em equipa***

É mais uma exigência que o mundo secularizado impõe à pastoral da Igreja. A missão da Igreja na sua ordem cronológica importa a evangelização, a catequese, e a celebração da fé (sacramentalização), de maneira que a vida do cristão e o seu compromisso com Cristo devem encontrar-se num dinamismo incessantemente crescente. Hoje em dia não existe nenhum esquema que verifique o tal dinamismo. Muitas pessoas pedem os sacramentos à Igreja, sem terem sido catequizadas e até não evangelizadas, esquecendo-se de que o sacramento não é um começo, mas uma finalização, ou culminação. Na época da cristandade a

---

<sup>131</sup> Cf. P. SUESS, *Teología de la misión: convocar y enviar siervos y testigos del Reino* (Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala 2007) 192-195.

<sup>132</sup> PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* n° 41, in AAS 68 (1976) 31.

Igreja podia sugerir uma certa aquisição da evangelização ou da formação que procedia do sustento comunitário. Por isso o cristão podia pedir o sacramento mais rapidamente. Hoje a Igreja deve exigir mais dos cristãos. A pessoa que se prepara para os sacramentos não só deve conhecer o objeto da sua intenção, mas também ter uma fé sólida e a vontade de vivê-la fielmente. A vida das pessoas não se fecha nas categorias idealísticas da Igreja.

A evangelização é um processo muito complexo, por isso é preciso unanimemente, mas com a flexibilidade, trabalhar conjuntamente para que funcione a organização que permita à Igreja fazer aquilo para que ela foi chamada. A sacramentalização não é um assunto individual ou privado, ela depende da Igreja, da instituição à qual compete o direito e o dever de evangelizar, catequizar, e admitir aos sacramentos. O esforço individual não basta, por mais seguro que ele seja. Por isso surge uma necessidade de criação das estruturas, organizações correspondentes que possam assegurar não apenas a adesão à Igreja, mas também o dinamismo crescente da fé e do seu compromisso.

#### ***3.5.4. Uma pastoral criadora e animadora de comunidades acolhedoras e apostólicas***

A Igreja é, antes de tudo, uma comunhão geradora de comunidades viventes e vivificantes. A Igreja, de facto, é o mistério de unidade e de comunhão. Todos os fiéis de mundo inteiro estão em plena comunhão uns com os outros no Espírito Santo. Na Igreja há uma só fé, uma só esperança e uma só via, por onde caminham todos aqueles que são chamados pela graça do Senhor à salvação. Na Igreja que é o novo Povo de Deus, não pode haver desigualdades e injustiças (cf.

LG 32). Por isso, a vitalidade e a ação da Igreja dependem rigorosamente da vitalidade e da ação de conjunto dos fiéis que a constituem. O sentido pragmático da Igreja como o mistério da comunhão consiste em que todos fiéis vivam e ajudem fraternalmente a viver este mistério de comunhão e assim ser comunidades viventes e vivificadoras. Estamos perante o núcleo do essencial - a qualidade da vida espiritual dos cristãos na sua totalidade.

A Igreja como o mistério da unidade e comunhão concretiza-se no acolhimento fraternal. O coração do homem foi feito para amar e para ser amado, como o de Deus, que nos criou à sua imagem e semelhança. A secularização dinâmica atual paradoxalmente faz com que o homem se torne cada vez mais isolado e fechado em si mesmo. A «solidão na multidão» é o efeito consequente do secularismo moderno.

Por isso, nada emociona tanto o coração do homem de hoje como o acolhimento fraternal, ao qual é chamado a Igreja de todos os tempos – o segredo da sua vitalidade e da sua irradiação a Igreja primitiva foi busca-lo à comunhão, à unanimidade e ao acolhimento fraternal. Como a «eficácia» da Igreja reside no amor fraterno, que sempre foi o motivo de admiração e de seguimento para muitas pessoas, o mesmo amor, a comunhão e o acolhimento fraterno até aos nossos, e particularmente na sociedade moderna secularizada, têm o papel essencial na vida e na missão da Igreja.

Tais comunidades,- viventes e vivificadoras não podem não ser missionárias. Viver no amor e na comunhão, não significa apenas experimentar a

Igreja como o mistério de comunhão, mas também irradiar a luz do Evangelho até aos confins do mundo. O testemunho da vida, expresso pelo amor e pela caridade e vividos na Igreja comunhão, já por si constitui a verdadeira ação missionária, o autêntico Evangelho da vida, proclamado não pelas palavras, mas pela própria experiência de caridade e de amor, de modo que a comunidade acolhedora seja a comunidade evangelizadora, porque os valores da fé vivida superam os valores da vida corrente<sup>133</sup>.

### Conclusão

A evangelização constitui a missão da Igreja. Por isso toda a pastoral deve estar ao serviço da evangelização para que esta possa a terra. A urgência da evangelização no mundo actual exige uma renovação da pastoral, uma mudança mais significativa da forma de actuação da Igreja no mundo. Os presbíteros, nestas circunstâncias, devem estar atentos às transformações da cultura contemporânea. A «nova evangelização», como mudança do «antigo» e «envelhecido» pelo «novo» e «diferente», só terá sentido quando os principais agentes pastorais entenderem que foram consagrados, à imagem de Cristo, para o serviço de toda a Igreja.

---

<sup>133</sup> Cf. PAULO VI, *Evangelii nuntiandi* nº 21, in AAS 68 (1976) 19-20.

## Conclusão

No final do nosso trabalho temos consciência de não termos esgotado em todos os seus aspectos o tema que nos tínhamos proposto estudar, mas também não era o nosso objectivo, que era, antes, o de acentuar uma perspectiva, a dimensão missionária do sacerdócio (bispo e presbítero) no contexto de uma compreensão «missionária» da Igreja. E neste sentido pensámos ter alcançado o objectivo que nos havíamos proposto.

Procuramos, no primeiro capítulo, relevar, seguindo um percurso histórico, a importância desta dimensão missionária do ministério sacerdotal para a qual chamou a atenção a encíclica *Fidei donum* de Pio XII, um marco verdadeiramente histórico neste processo de discernimento. Este tema foi depois, como vimos, retomado pelo Concílio Vaticano II, o qual pôs especialmente em relevo a sequência ou sucessão apostólica como elemento fundamental da sacramentalidade da Ordem, o que faz com que os principais responsáveis pela missão da Igreja na sua totalidade sejam precisamente os bispos e os presbíteros, como seus colaboradores. A *missão* não é assim uma tarefa conferida a alguns – os institutos religiosos missionários -, mas sim uma *missão apostólica* que deve ter nos bispos e nos presbíteros os seus principais animadores. Mesmo se o bispo é para uma diocese e o presbítero está incardinado numa diocese, a solicitude por toda a Igreja e por todas as Igrejas está neles inscrita em virtude do sacramento da Ordem que lhes foi conferido no respectivo grau.

O magistério pós-conciliar prosseguiu nesta mesma linha, vinculando o sacerdócio à missão de Cristo e dos Apóstolos, enviados por Ele a anunciar o Evangelho a todo o mundo, sendo este por excelência o seu «serviço», que se determina pela evangelização, celebração, condução do povo, a vivência da própria fé etc.

No segundo capítulo aprofundámos mais a reflexão sobre o ministério sacerdotal na sua dimensão missionária à luz do Magistério da Igreja. Cristo enviado pelo Pai para cumprir o projecto da salvação do homem segundo o desígnio do Pai, apresentando-se como o Sumo-Sacerdote do Novo Testamento e o missionário do Pai, escolheu os colaboradores para instituir a sua Igreja e, ao consagrá-los, enviou-os para continuarem a sua missão. Existe, então, uma continuidade sacramental entre os enviados e Aquele que os enviou: como Cristo é o sacerdote e o missionário do Pai, assim os apóstolos e os seus legítimos sucessores são verdadeiros sacerdotes e missionários enviados para os «confins da terra». A essência do ministério sacerdotal é continuar o sacerdócio e a missão de Cristo, de modo que o sacerdócio dos apóstolos e dos seus sucessores é verdadeiramente missionário. Ser ordenado presbítero significa ser consagrado na missão de Cristo e dos apóstolos para continuar a obra redentora de Cristo no mundo até ao fim dos tempos.

O nosso terceiro capítulo foi uma reflexão sobre a pastoral da Igreja do nosso tempo. Devido ao contexto em que a Igreja se encontra, os missionários de Cristo, isto é, os primeiros responsáveis pela dilatação do evangelho – os ministros ordenados - devem tomar cada vez mais consciência de que identidade

missionária do ministério presbiteral é ainda mais actual do que nunca. É actual porque as circunstâncias não favorecem o processo da evangelização; é actual porque a Igreja, nas actuais circunstâncias do mundo, exige dos presbíteros diocesanos a disponibilidade e a abertura para a urgência da evangelização e da nova evangelização no mundo, no contexto das diversas formas de secularização e de incredibilidade. Por isso, ela própria está no processo de repensar a sua pastoral, o seu modo de actuar no mundo de hoje.

A evangelização *ad intra* ou a «nova evangelização» é um tema de notável relevância no tempo actual que se tornou uma urgência da Igreja do nosso tempo. A evangelização não se dirige apenas àquelas pessoas que não fazem parte da comunidade salvífica da Igreja, mas também àquelas, que apesar de terem sido baptizadas, não foram suficientemente evangelizadas por várias razões sociais, culturais, políticas e, portanto, não chegaram a conhecer Cristo verdadeiramente. A questão da evangelização é uma necessidade da pastoral da Igreja, que para a sua realização aplica, como a expressão natural da sua divulgação, um determinado método, de acordo com as circunstâncias em que ela se encontra. Por isso os ministros ordenados, como mestres da Palavra, ministros dos Sacramentos e guias das comunidades, são convidados a participar na solicitude da Igreja pela evangelização. O ministério presbiteral apresenta-se como fundamental e indispensável na missão da Igreja, para responder ao contexto que emana do contraste com o Evangelho. Estes, os missionários de Cristo, de acordo com o seu ministério apostólico, irão à procura das pessoas para, instruindo-as no espírito da

verdade, comunhão e do amor, as conduzir à Igreja – o início da salvação – cuja plena consumação se realizará no tempo da consumação escatológica da história.

## Bibliografia

### 1. Magistério

PII X, *Codex Iurici Canonici*, in AAS 9 (1917-II)

PIO XII, *Fidei Donum* [Encíclica de 21 de Abril 1957]. in AAS 49 (1957) 225-248.

CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, in AAS 57 (1965) 5-75.

---, Decreto sobre o múnus pastoral dos bispos *Christus Dominus*, AAS 58 (1966) 673-696.

---, Decreto sobre a instituição sacerdotal *Optatam Totius*, in AAS 58 (1966) 713-727.

---, Decreto sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, AAS 58 (1966) 837-864.

---, Decreto sobre a actividade missionária da Igreja *Ad Gentes Divinitus*, in AAS 58 (1966) 947-990.

---, Decreto sobre o ministério presbiteral *Presbiterorum Ordinis*, AAS 58 (1966) 991-1024.

PAULO VI, *Evangelii nuntiandi*: [Exortação Apostólica de 6 de Janeiro de 1975], in AAS 68 (1976) 5-76.

JOÃO PAULO II, *Ob diem tota Ecclesia ad Missionales res provehendas constitutum Christifidelibus universis missus* [Mensagem para a Jornada Mundial das Missões de 30 de Maio de 1982], in AAS. 74 (1982) 866-872.

---, *Redemptoris Missio*: [Encíclica de 7 de Dezembro de 1990], in AAS 83 (1991) 249-340.

---, *Pastores dabo vobis*: [Exortação Apostólica Pós-sinodal de 25 de Março de 1992]. AAS 84 (1992) 657- 804.

*CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA* (Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1993).

### 2. Estudos

AMENGUAL, G., *La evangelización como forma de vida*, in M. R. CANALS, *Evangelización y misión: retos actuales del sueño inacabado de San Francisco Javier* (Bilbão: Universidade de Deusto 2006).

ARNAU, R., *Ordem e ministérios* (Madrid: Biblioteca dos Autores Cristianos 2001).

ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A identidade do presbítero na Igreja, como dimensão intrínseca do exercício dos tria munera* (Vaticano: Via Internet 2009).

BENTO XVI, *A porta da fé*, in *Ano da Fé 2012-2013* (Fátima: Difusora Bíblica 2012).

BLAZQUEZ, R., *La Iglesia del Concilio Vaticano II* (Salamanca: Sígueme, 1991)

BORDA, E., *La apostolicidad de la mision de la Iglesia: estudio historico-teologico del capitulo doctrinal del decreto "Ad gentes"* (Romae: Athenaeum Romanum Sanctae Crucis, Facultas Theologiae 1990)

BUENO DE LA FUENTE, E., *Eclesiologia* (Madrid: BAC 2007).

CACCIOTORE, G. (Dir), *Enciclopedia del sacerdozio* (Firenze: Libreria Editrice Fiorentina 1953).

CONGREGACIÓN PARA EL CLERO, *Directorio para el ministerio y la vida de los presbiteros* (Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1995).

CUÉLLAR, M. P., *Llamados a servir: teologia del sacerdocio ministerial* (Barcelona: Herder 2001).

DIAS, I., *Apresentação. Missionários «Fidei Donum»: o futuro da evangelização*, in *Actas do Congresso Internacional «Fidei Donum»* (Vaticano: Omnis Terra 2007).

ESQUERDA, B. J., *Teologia y espiritualidade sacerdotal* (Madrid: Editorial ZYX, 1966).

---, *Teologia del sacerdocio: el sacerdote ministro de la Iglesia III* (Burgos: Ediciones Aldecoa S.A. 1971).

---, *Misionología: evangelizar en un mundo global* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2008).

FARIAS, J., *A evocação da encíclica «Fides et Ratio». Elementos para uma teologia do futuro*, in CASSIANO REIMÃO (Org.), *O Círculo Hermenêutico entre a fé e a razão* (Lisboa: UCE 2004).

FISICELLA, R., *A nova evangelização: um desafio para sair da indiferença* (Lisboa: Paulus 2012).

FORTE, B., *Sobre o sacerdocio ministerial* (Lisboa: Ed. Paulistas 1993).

GANDIN, O., *A participação dos presbíteros na missão apostólica, segundo Concílio Vaticano II* (Roma: Athenaeum Romanum Sanctae Crucis, Facultas Theologiae 1991).

GIBLET, J., *A Igreja do Vaticano II* (Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 1965).

MARAVAL, J. B., *Sacramentos y Evangelización* (Bilbao: Mensajero 1971)

MARTIN, M. A., *Distribución de Presbíteros y vocaciones sacerdotales in. Los presbíteros: a los diez años de "Presbiterorum Ordinis"* (Burgos: Ediciones Aldecoa, S. A., 1975).

MARTINEZ, F., *Iglesia sacerdotal Iglesia profética* (Salamanca: Verdad e Imagem, 1992).

MARTINS, J. S., *Il sacerdozio ministeriale: storia e teologia* (Roma: Pontificia Università Urbaniana 1991).

---, *Ide e anunciai: fundamentos e desafios da missão hoje* (Lisboa: Paulus 2008).

NICOLAU [et al.], *A Igreja do Concílio Vaticano II: comentário à Constituição Dogmática «Lumen Gentium»* (Porto: Livraria Apostolado da Imprensa 1966).

NUNES, J., *Teologia da Missão: Notas e Perspectivas* (Lisboa: Obras Missionárias Pontificias 2008).

PAGOLA, J. A., *Acción pastoral para una nueva evangelización* (Santander: Sal Terrae 1991).

PROFESORES DE LA FACULTAD DE TEOLOGÍA DE BURGUS (Dir.), *Diccionario del sacerdocio* (Madrid: BAC 2005).

RAMOS, J. A., *Teologia pastoral* (Madrid: BAC 1999).

RUBIO, L., *Nuevas vocaciones para un mundo nuevo* (Salamanca: Sigueme 2002).

SANCHEZ, M. M., *Eclesiologia: la Iglesia, misterio de comunión y misión* (Madrid: Sociedad de Educación Atenas 1994).

SEUMOIS, A., *Curso di teologia sistematica: teologia missionaria* (Bologna: Edizione Dehoniane 1993).

SILVA, N. M., *Identidade e espiritualidade do padre diocesano: território da missão do padre diocesano na Igreja, sob orientação de António Abel Canavarro*, (Porto: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia 2010).

SÍNODO DOS BISPOS XIII Assembleia Geral Ordinária, *A nova evangelização para a transmissão da fé. Instrumentum Laboris, in Ano da fé 2012-2013* (Fátima: Difusora Bíblica 2012).

SUESS, P., *Teología de la misión: convocar y enviar siervos y testigos del Reino* (Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala 2007).

TARANCÓN, E., *El sacerdocio a la luz del Concilio Vaticano II* (Salamanca: Sigueme 1967).

TILLARD, J.-M. R., *La Iglesia local: eclesiologia de comunión y catolicidade* (Salamanca: Sigueme 1999).

VATTIMO, G., *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna* (Lisboa: Presença 1987).

VELASCO, J. M., *Increencia e evangelización: del diálogo al testimonio* (Santander: Sal Terrae 1988).

VILLAR, J. R., *A Encíclica «Fidei Donum» vista á luz do Concílio Vaticano II e do Magistério missionário pós-conciliar. Missionários «Fidei Donum»: o futuro da evangelização*, in *Actas do Congresso Internacional «Fidei Donum»* (Vaticano: Omnis Terra 2007).

## Conteúdo

Introdução.....	3
Capítulo Primeiro .....	8
A emergência da sensibilidade missionária do ministério presbiteral na Igreja. ....	8
1.1. A encíclica <i>Fidei Donum</i> . ....	9
1.2. A Constituição dogmática <i>Lumen Gentium</i> .....	13
1.3. O decreto sobre a actividade missionária da Igreja <i>Ad Gentes</i> .....	17
1.4. Decreto sobre o ministério presbiteral <i>Presbyterorum Ordinis</i> .....	19
1.5. Carta encíclica <i>Redemptoris Missio</i> .....	21
1.6. Exortação apostólica <i>Pastores dabo vobis</i> .....	23
Capítulo Segundo .....	27
A identidade missionária do ministério sacerdotal .....	27
2.1. Significado da palavra «missão» .....	27
2.2. Cristo – missionário e sacerdote de Deus Pai .....	28
2.3. Uma Igreja missionária .....	31
2.3.1. A missão ad intra e ad extra .....	33
2.3.2. O ministério sacerdotal no quadro da Igreja missionária .....	35
2.4. A missão – fundamento do sacramento da Ordem .....	37
2.5. O ministério presbiteral - abertura à Igreja universal.....	41
2.5.1. A Igreja como comunhão das Igrejas locais.....	42
2.5.2. A dimensão universal do ministério presbiteral.....	45
2.6. O sacerdote é um missionário .....	48
Capítulo Terceiro.....	53
De uma pastoral de cristandade a uma pastoral missionária.....	53
3.1. A pastoral de cristandade .....	53
3.2. O contexto actual.....	55
3.2.1. A secularização e a cultura do vazio .....	57
3.2.2. O desgaste do cristianismo .....	59
3.2.3. A ausência do apoio político-social .....	59
3.3. A Evangelização – missão universal da Igreja. ....	60
3.4. A nova evangelização .....	62
3.5. As exigências da pastoral missionária.....	68
3.5.1. Dirigir-se ao homem real.....	68

3.5.2. Uma pastoral orientada para a evangelização e para a educação na fé .....	69
3.5.3. Uma pastoral em equipa .....	70
3.5.4. Uma pastoral criadora e animadora de comunidades acolhedoras e apostólicas .....	71
Conclusão .....	74
Bibliografia .....	78
1. Magistério .....	78
2. Estudos .....	78